VERITAE

TRABALHO - PREVIDÊNCIA SOCIAL - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Orientador Empresarial

Ano IV

Dezembro/2005

12/2005

NESTA EDIÇÃO:

INFORMAÇÕES

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Crimes Previdenciários – Suspensão da Pretensão Punitiva – Ocorrência, Pág.20

Entidades e Organizações de Assistência Social – Art. 3º da LOAS – Regulamentação, Pág.20

GFIP – Versão SEFIP 8.0 – Manual – Aprovação, Pág.20

Regularidade Fiscal – SRP – Disposições; Decreto nº 3.048/99 – Alterações, Pág.22

RFB – Documentos Fiscais – Utilização, Pág.22

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

NR 04 – SESMT – Redimensionamento – Prazo – Prorrogação por mais 120 Dias, Pág.22

NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade - Subitem 10.7.4 - Anexo IV da Portaria MTE nº 598/2004 – Prorrogação, Pág.23

NR 31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura - Ementário – Inclusão Elementos para Lavratura de Autos de Infração, Pág.23

NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde – Aprovação, Pág.23

TRABALHO

Contribuição Sindical - Confederação Nacional do Transporte-CNT – Tabela para Janeiro/2006, Pág.23

Contribuição Sindical – GRCSU – Modelo – Aprovação, Pág.25

Débitos Trabalhistas – Tabela Única de Atualização – Sistema Único de Cálculo - Estabelecimento pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho-CSJT, Pág.25

FGTS – Manual de Recolhimento – Sistema 8.0 – Divulgação, Pág.26

FGTS – Recolhimentos Mensais e Rescisórios – Sistema SEFIP 8.0 – Procedimentos, Pág.26

FGTS – Retificação de Informações, Transferência de Contas e Devolução de valores Recolhidos – Sistema 8.0, Pág.31

Imposto de Renda - Brasil e Israel – Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir Evasão Fiscal, Pág.32

Prestação de Serviços Intelectuais – Aplicação da Legislação das Pessoas Jurídicas, Pág.32

Serviço Público – Feriados e Pontos Facultativos – Ano 2006 – Divulgação, Pág.33

OUTROS

Fiscalização SRF – Planejamento e Documentos Emitidos pela RFB, Pág.34

MP do Bem –MP nº 252/2005 – Conversão em Lei com Emendas, Pág.34

PROUNI – Adesão - Prorrogação do Prazo para até 02.12.2005, Pág.34

Regularidade Fiscal – Fazenda Nacional – Disposições, Pág.35

JURISPRUDÊNCIA

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Entidades Filantrópicas – Isenção de Contribuição Previdenciária – Ato – Efeitos, Pág.36

TRABALHO

Exterior – Contratação de Trabalhadores Brasileiros para Trabalho no Exterior – Responsabilidade da Empresa Brasileira Contratante, Pág.36

Princípio “Lex Loci Executionis” – Aplicação, Pág.37

Servidor Público – Contratação sem Concurso Público – Efeitos, Pág.37

ORIENTAÇÕES

TRABALHO

Trabalho Rural – Trabalho Forçado, Fraude, Aliciamento de Mão-de-Obra - Inspeção – Procedimentos, Pág.38

PERGUNTAS MAIS FREQUENTES

PREVIDÊNCIA SOCIAL

13º Salário – Informações na GFIP Versão SEFIP 8.0 a partir do Ano de 2005, Pág.43

ÍNDICE GERAL ANUAL POR ASSUNTO 2005

(Ordem Alfabética)

Assunto **nºVOE/Ano/Pág**

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Abono Anual – Direito e Valor.....	04/05/45
Acidente do Trabalho – Considerações.....	03/05/26
Agroindústrias – Contribuição Previdenciária – Vigência.....	01/05/08
Alterações na Legislação – Benefícios - MP 242/2005.....	04/05/13
Alterações na Legislação – Benefícios - MP 242/2005 – Prorrogação.....	06/05/14
Aposentadoria por Invalidez – Salário-de-Benefício – Alteração.....	04/05/13; 10/05/40
Aposentadoria Voluntária e Continuidade do Contrato de Trabalho – STF - Acórdão na Íntegra.....	10/05/36
Aposentadorias – Carência – Inscritos até 24.07.1991 –Tabela.....	06/05/49
Aposentadorias – Concessão nos Casos de Perda da Qualidade de Segurado – Disciplinamento.....	03/05/30
Arrecadação Previdenciária – Alterações na IN SRP nº 03/2005.....	09/05/15
Arrecadação Previdenciária – Normas – Revogação da IN INSS nº 100/2003.....	08/05/15
Arquivos Digitais – MANAD-Manual Normativo de Arquivos Digitais – Procedimentos – Revogação da Portaria SRP 63/2004.....	02/05/10
Auto de Infração – Não Cabimento nos Casos de Denúncia Espontânea.....	05/05/12
Auxílio-Doença – Filiação de Segurado Portador de Doença ou Lesão	04/05/13; MP 242 05
Auxílio-Doença – Salário-de-Benefício – Revogações de Dispositivos.....	04/05/13; 10/05/40 Decreto 5.399 05; Decreto nº 5.545 05
Benefícios – Alterações Decorrentes do Decreto nº 5.545/2005.....	10/05/40
Benefícios – Alterações na Instrução Normativa INSS/DC nº 118/2005.....	11/05/17

Benefícios – Assessoria Técnica Médica – Atribuições.....	07/05/14
Benefícios Concedidos após Fevereiro/1994 – Revisão e Pagamento – Conversão com Emendas da MP nº 201/2004.....	01/05/08
Benefícios – MP nº 242/2005 – Arquivamento.....	08/05/15
Benefícios – Revisão e Pagamento de Atrasados.....	07/05/14
Benefícios – Pagamento – Autorização – Alterações.....	04/05/13;
10/05/40 Decreto 5.399 05; Decreto nº 5.545 05	
Benefícios – Reajuste a Partir de 01.05.2005.....	06/05/14
Carência – Aposentadorias – Tabela – Inscritos até 24.07.1991.....	06/05/49
Carência e Perda da Qualidade de Segurado – Revogação do Parágrafo Único do Art. 24 da Lei nº 8.213/91 e Art. 27 do Decreto nº. 3.048/99.....	04/05/13;
10/05/40 MP 242 05; Decreto 5.399 05; Decreto nº 5.545 05	
Censo Previdenciário – Procedimentos e Rotinas.....	11/05/30
Certidões da RFB – Modelos.....	09/05/15
CND – Prorrogação da Validade para 31.07.2005.....	07/05/14
CND - Validade – Prorrogação por mais 30 Dias.....	08/05/15
Construção Civil – Recolhimentos Previdenciários e GFIP.....	05/05/42
Consultas no Âmbito da RFB – Processos – Disposições.....	10/05/16
Contribuintes Individuais e Facultativos – Salário-de-Contribuição – Análise para Concessão de Benefício.....	01/05/14
Convenção OIT nº 102 – Normas Mínimas de Seguridade Social – Urgência na Tramitação do Projeto de Lei.....	04/05/19
Crimes Previdenciários – Suspensão da Pretensão Punitiva – Ocorrência.....	12/05/20
Débitos e Créditos Tributários Federais-DCTF – Preenchimento.....	10/05/21
Decadência – Alterações.....	04/05/13; MP 242 05
Decadência – Atos Administrativos – Art. 54 da Lei nº 9.784/99 - Prazo.....	05/05/12
13º Salário – Informações na GFIP Versão SEFIP 8.0 a partir do Ano de 2005.....	12/05/43
Desoneração da Folha de Pagamento – Projeto de Lei – Prazo.....	01/05/08
Diretor Empregado de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada - Situação Previdenciária.....	02/05/51

Documentos – Arquivos Digitais – Manual Técnico de Geração e Entrega de Arquivos Digitais – Instituição.....	01/05/15
Documentos - Arquivos Digitais – MANAD-Manual Normativo de Arquivos Digitais – Procedimentos – Revogação da Portaria MPS 63/2004.....	02/05/10
Domésticos – Competência Novembro/2004 – Recolhimento até 20.12.2004 – Autorização.....	01/05/15
Emenda Constitucional nº 47/2005 – Alterações na Previdência Social.....	08/05/15
Empréstimos - Descontos – Alterações na IN INSS/DC nº 110/2005.....	04/05/16
Empréstimos – Descontos da Renda dos Benefícios – Alteração na Instrução Normativa INSS nº 110/2004.....	02/05/11
Empréstimos - Descontos em Benefícios – Alterações na IN INSS nº 110/2004.....	03/05/09
Empréstimos – Descontos em Benefícios – Alterações na IN INSS 121/2005.....	10/05/24
Empréstimos – Desconto em Benefícios – Encargos Praticados – Alterações da IN nº 110/2004.....	06/05/15
Empréstimos – Desconto em Benefícios – Suspensão de Acordos e Convênios.....	06/05/15
Entidades Beneficentes – CPMF.....	07/05/24
Entidades Desportivas – Concurso de Prognósticos – Parcelamentos – Revogação da MP 249/2005.....	07/05/14
Entidades Desportivas – Futebol – Concurso de Prognósticos – Revogação da MP 249 05.....	11/05/17
Entidades e Organizações de Assistência Social – Art. 3º da LOAS – Regulamentação.....	12/05/20
Entidades Filantrópicas – Isenção de Contribuição Previdenciária – Ato – Efeitos.....	12/05/20
Espectáculo Desportivo – Receita Bruta – Responsabilidade Tributária – Parecer.....	04/05/18
Falência e Concordata – Tratamento Previdenciário.....	09/05/23
Fato Gerador – Ocorrência.....	03/05/65
Compensação – Funrural - Valores Recolhidos Indevidamente – Direito.....	03/05/24
GFIP – Definição e Obrigatoriedade.....	01/05/62
GFIP – Inexistência de Recolhimento de FGTS e Informações à Previdência Social – Instruções.....	06/05/50
GFIP – RDE, RDT, RDT Coletiva – Manual – Aprovação.....	02/05/11
GFIP – Reclamatória Trabalhista – Instruções.....	06/05/35
GFIP-SEFIP – Concetividade Social – Obrigatoriedade a Partir de Março/2005.....	04/05/18
GFIP – SEFIP 7.0 a Partir de Janeiro/2005 – Alterações Introduzidas.....	01/05/15

GFIP – Versão SEFIP 8.0 – Manual – Aprovação.....	12/05/20
Incorporação, Fusão, Transformação ou Cisão de Empresas – Responsabilidade pelas Contribuições Sociais Previdenciárias.....	09/05/28
Mercosul – Acordo Multilateral de Seguridade Social – Aplicação.....	06/05/38
Ministério da Previdência Social-MPS - Arrecadação, Fiscalização, Lançamento e Normatização de Receitas Previdenciárias.....	02/05/12
Normas Mínimas de Seguridade Social – Convenção OIT nº 102.....	04/05/19
Parcelamento de Débitos Administrados pela Receita Federal – Solicitação pela Internet – Disposições.....	09/05/16
Pecúlio – Considerações Gerais.....	04/05/34
PPP – Campo 17 – Informações – Preservação do Sigilo Médico Profissional.....	04/05/45
Previdência Complementar – Recursos dos Planos de Benefícios – Aplicação – Diretrizes.....	07/05/14
Receita Federal do Brasil-RFB – Nova Denominação da Secretaria da Receita Federal.....	08/05/17
Regime de Previdência – Contratos no Serviço Público com base na Lei nº 8.745/93 – Aplicação.....	01/05/49
Regime Próprio de Previdência Social – CRP- Alterações na Portaria MPS nº 2.346/2001.....	02/05/12
Regime Próprio de Previdência Social – CRP-Certificado de Regularidade Previdenciária – Disposições.....	03/05/09
Regime Próprio de Previdência Social – CRP – Inativos – Alterações na Portaria MPS 172 05.....	11/05/17
Regularidade Fiscal Perante à Fazenda Nacional – Disposições.....	09/05/16
Regularidade Fiscal Perante à Secretaria da Receita Federal-SRP – Disposições; Decreto nº 3.048/99 – Alterações.....	12/05/22
Retenção Previdenciária nas Cessões de Mão-de-Obra e nas Empreitadas e Responsabilidade Solidária – Considerações Gerais – Normas a Partir de 01.08.2005.....	08/05/29
Retenções Previdenciárias – Compensação pela Empresa Contratada dos Valores Retidos – Considerações.....	02/05/55
RFB – Atividades.....	09/05/17
RFB – Auditores – Exercício no MPS.....	09/05/17
RFB – Documentos Fiscais – Utilização.....	12/05/22
RFB – Estrutura Organizacional – Alterações na Portaria MF nº 275/2005.....	10/05/24

RFB - Receita Federal do Brasil – Nova Denominação da Secretaria da Receita Federal.....	08/05/17
Salário-de-Benefício – Apuração – Alterações.....	04/05/13; 10/05/40
Salário-de-Benefício – Salário-de-Contribuição Considerado nos Casos de Recebimento de Benefício por Incapacidade.....	03/05/66
Salário-Educação – Entidades Isentas.....	08/05/57
Salário-Família – Cessaç�o – Motivo n�o Comunicado pelo Empregado – Conseq�u�ncias,	08/05/58
Sal�rio-Fam�lia – Menor sob Guarda.....	04/05/46
Secretaria da Receita Previdenci�ria-SRP – Cria�o.....	02/05/12
Segurado – Mandato Eletivo – Contribui�es - Efeitos da Resolu�o do Senado Federal n� 26/2005...11/05/18	
SRP e INSS – Uniformiza�o Normativa e de procedimentos Administrativos.....	03/05/10
Tabela de Sal�rio-de-Contribui�o – Valores a Partir de 01.05.2005.....	06/05/16
T�bua Completa de Mortalidade - 2003 – Divulga�o.....	01/05/16
Trabalhador Rural – Tempo de Servi�o Anterior � Lei n�8.213/91.....	04/05/32

SEGURANA E SADE NO TRABALHO

Adicionais de Insalubridade, Periculosidade, Radia�o Ionizante, Raios X, Subst�ncias Radioativas – Servidores P�blicos – Orienta�es.....	08/05/18
Jateamento de Areia – Cessa�o Imediata das Atividades – Recomenda�o.....	06/05/20
NR 04 – SESMT – Redimensionamento – Prazo – Prorroga�o.....	04/05/19
NR 04 – SESMT – Redimensionamento – Prazo – Prorroga�o por mais 120 Dias.....	12/05/22
NR 06 – EPI – Equipamentos de Prote�o Individual – Vestimenta - Prote�o contra Choques El�tricos.....	01/05/19
NR 07 – Exames M�dicos Ocupacionais – Prazos e Periodicidade.....	11/05/51
NR 10 – Seguran�a em Instala�es e Servi�os em Eletricidade – Altera�es.....	01/05/19
NR 10 – Seguran�a em Instala�es e Servi�os em Eletricidade – Retifica�o na Portaria 598/2005.....	02/05/14
NR 10 – Seguran�a em Instala�es e Servi�os em Eletricidade - Subitem 10.7.4 - Anexo IV da Portaria MTE n� 598/2004 – Prorroga�o.....	12/05/23
NR 17 - Ergonomia – Atividades de Processamento Eletr�nico de Dados.....	10/05/47

NR 18 – Construção Civil – Disposições e Penalidades – Alterações e Inclusões.....	02/05/14
NR 31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aqüicultura.....	04/05/19
NR 31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aqüicultura - Ementário – Inclusão Elementos para Lavratura de Autos de Infração.....	12/05/23
NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde – Aprovação.....	12/05/23
Segurança e Saúde no Trabalho – Política Nacional – Minuta do Texto Base – Consulta Pública.....	06/05/20

TRABALHO

Abono Pecuniário – Direito – Condições.....	01/05/63
Abono Pecuniário – Férias Coletivas.....	08/05/59
Adicional de Insalubridade – Base de Cálculo.....	05/05/43
Adicional de Periculosidade – Base de Cálculo.....	05/05/43
Adicional de Periculosidade – Eletricitários – Ramo da Empresa.....	02/05/49
Adicional de Periculosidade – Percentual Inferior ao Legal – Possibilidade.....	10/05/47
Aposentadoria por Tempo de Serviço - Contrato de Trabalho – Extinção.....	09/05/21
Artista - Relação de Emprego.....	09/05/21
Atletas – Alterações na Legislação.....	01/05/20
Atletas – Alterações na Lei nº 10.891/2004 que Instituiu a Bolsa-Atleta.....	02/05/23
Atletas – Bolsa-Atleta – MP 229/2004 – Prorrogação da Vigência.....	04/05/20
Atletas- Bolsa-Atleta – Procedimentos – Normas.....	04/05/20
Atletas – Bolsa Atleta – Regulamentação.....	02/05/57
Banco de Horas – Validade.....	03/05/24
Bolívia e Brasil – Regularização Migratória.....	07/05/15
Carteira Profissional – Recibo de Entrega e Devolução.....	07/05/40
Certificação Profissional – Comissão Internacional de Certificação Profissional – Criação.....	01/05/21
Contabilistas – Débitos Anteriores ao Exercício 2005.....	01/05/22

Contas Bancárias no Exterior - Pessoas Físicas Temporariamente no Exterior – Abertura, Manutenção e Movimentação – Alteração nas Resoluções BACEN nºs 3.203/2004 e 3.213/2004.....	02/05/24
Controle de Horário – Intervalos – Ausência de Marcação e de Pré-Assinalação.....	11/05/28
Controle de Jornada – Isenção - Norma Coletiva.....	04/05/29
Controle de Jornada - Trabalho Externo - Hora Extra.....	04/05/29
Contribuição Sindical - Confederação Nacional do Transporte-CNT – Tabela Valores para Janeiro/2006.....	12/05/23
Contribuição Sindical Empregados – Considerações Gerais.....	03/05/32
Contribuição Sindical – GRCSU – Modelo – Aprovação.....	12/05/25
Contribuição Sindical Patronal Anual – 2005 – Considerações.....	01/05/54
Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho – Nulidade de Cláusulas – Verificação pelo Ministério Público do Trabalho.....	04/05/46
Cooperativa – Terceirização Fraudulenta.....	07/05/26
Corretores de Seguros - Pessoas Físicas e Jurídicas - Recadastramento.....	08/05/20
Corretores de Seguros – Sanções Administrativas – Alterações na Resolução CNSP nº 60/2001.....	06/05/20
Débitos Trabalhistas – Tabela Única de Atualização – Sistema Único de Cálculo - Estabelecimento pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho-CSJT.....	12/05/25
Decisão Interlocutória – Irrecorribilidade.....	04/05/30
13º Salário – Considerações Gerais.....	11/05/32
Depósitos Recursais – Limites - Valores – Vigência a Partir de 15.08.2005 – Republicação do Ato GDGCJ.GP nº 173/2005.....	08/05/21
Descontos Salariais – Danos.....	07/05/40
Doença Profissional - Dano Moral.....	03/05/24
Embargos em Agravo – Cabimento.....	04/05/30
Empresas de Trabalho Temporário – Capital Social – Alterações na Instrução Normativa SRT nº 02/2004.....	02/05/25
Equiparação Salarial – Considerações.....	07/05/32
Equiparação Salarial – Paradigma Estrangeira.....	07/05/26
Escola de Fábrica – Orientações e Diretrizes.....	08/05/22

Escola de Fábrica – Projeto - Instituição.....	07/05/28
Estabilidade – Gestante – Contrato de Experiência.....	09/05/28
Estabilidade – Gestante – Desconhecimento do Estado Gravídico.....	07/05/40
Estabilidade – Acidente de Trabalho no Período de Experiência.....	02/05/49
Estágio Supervisionado pelo CNE – Alterações.....	07/05/15
Estágio Supervisionado pelo CNE – Alterações na Resolução CNE/CEB nº 01/2004.....	05/05/13
Estrangeiro – Diretor-Presidente de Holding – Inexistência de Vínculo Empregatício.....	07/05/26
Estrangeiro – Cientista, Professor, Pesquisador; Profissional ou Profissional Participante de Seminários e Estudantes – Concessão de Visto.....	11/05/19
Estrangeiros – Administradores, gerentes, Diretores ou Executivos – Autorização de Trabalho – Novas Disposições.....	01/05/23
Estrangeiros – Autorização de Trabalho – Vínculo Empregatício – Qualificação Profissional.....	10/05/28
Estrangeiros – Contratos de Transferência de Tecnologia, Assistência Técnica – Cooperação ou Convênio – Sem Vínculo Empregatício ou Situação de Emergência – Novas Disposições.....	01/05/25
Estrangeiros – Passaporte e <i>Laissez-Passer</i> - Alterações.....	01/05/27
Estrangeiros – Vistos Temporários – Prazos.....	06/05/51
Exterior – Contratação de Trabalhadores Brasileiros para Trabalho no Exterior – Responsabilidade da Empresa Brasileira Contratante.....	12/05/36
Exterior – Trabalhadores Contratados ou Transferidos para Prestação de Serviços no Exterior.....	04/05/38
Farmacêuticos em Empresa de Transporte Terrestre – Atuação.....	06/05/20
Farmacêuticos – Radiofarmácia – Atribuições.....	06/05/21
Feriados – Carnaval e Cinzas – Tratamento.....	03/05/67
Férias Coletivas – Abono Pecuniário.....	08/05/59
Feriados e Pontos Facultativos – Serviço Público – Ano 2006 – Divulgação.....	12/05/33
FGTS – Contas Vinculadas – Recuperação de Informações Históricas para Cumprimento da LC nº 110/2001.....	07/05/15
FGTS – Débitos dos Empregadores – Regularização – Procedimentos.....	05/05/37
FGTS – Informações Históricas – Revogação da Circular CEF 355 05.....	10/05/29

FGTS – Levantamento só em Caso de Dissídio – Competência – Cancelamento da Súmula 176 do TST.....	06/05/32
FGTS – Manual de Recolhimento – Sistema 8.0 – Divulgação.....	12/05/26
FGTS – Pagamentos a Maior ou a Menor nos Saques Ocorridos – Procedimentos.....	04/05/20
FGTS – Parcelamento – Débitos Inscritos em Dívida Ativa.....	01/05/28
FGTS – Parcelamento – Débitos Inscritos em Dívida Ativa – Retificação.....	02/05/25
FGTS – Parcelamento – Débitos Não Inscritos em Dívida Ativa.....	01/05/32
FGTS – Parcelamento – Débitos Não Inscritos em Dívida Ativa – Retificação.....	02/05/26
FGTS – Recolhimentos Mensais e Rescisórios – Sistema SEFIP 8.0 – Procedimentos.....	12/05/26
FGTS – Rescisão Contratual - Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e da Contribuição Social – GRFC – Utilização e Prazos de Vencimento.....	02/05/69
FGTS – Retificação de Informações, Transferência de Contas e Devolução de valores Recolhidos – Sistema 8.0.....	12/05/31
Fiscalização – Processos Administrativos – Verificação Anual.....	04/05/21
Fiscalização do Trabalho – Precedentes Administrativos – Alteração e Aprovação.....	06/05/46
Fiscalização Trabalhista – CIF-Carteira de Identidade Fiscal e Credencial dos Agentes de Higiene e Segurança no Trabalho.....	01/05/35
Gratificação de Função – Supressão.....	11/05/28
Grupo Econômico – Responsabilidade Solidária.....	11/05/29
Homologação – Aposentadoria ou Morte – Obrigatoriedade.....	11/05/52
Hora Extra – Prorrogação da Jornada Noturna – Integração do Adicional Noturno.....	11/05/53
Horas Extras – Média – Apuração pelo Número de Horas.....	09/05/28
Imposto de Renda - Brasil e Israel – Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir Evasão Fiscal.....	12/05/32
Invenções Científicas na Vigência do Contrato de Trabalho.....	09/05/29
IRPF – Declaração Anual de Isento-DAI2005 – Disposições.....	09/05/18
IRPF – Declaração de Ajuste Anual – Exercício 2005.....	03/05/53
IRPF – Declaração de Saída Definitiva do País – Aplicativo – Exercício 2005.....	05/05/13
IRPF – Férias Indenizadas – Não Incidência.....	03/05/58
IRPF – Férias Não Gozadas – Crédito Tributário – Revisão; Lançamentos – Cancelamentos.....	05/05/13

IRPF – Restituição – 2005 – Datas.....	04/05/22
IRRF – Abono Salarial – Incidência.....	03/05/25
IRRF – Beneficiários Residentes ou Domiciliados no Exterior.....	05/05/14
IRRF – Decisões da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho – Disposições.....	02/05/26
IRRF – DIRF-Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte – 2005.....	02/05/29
IRRF – Tabelas Progressivas – Ano Calendário 2005.....	02/05/30
IRRF – Trabalho Assalariado - Exclusão de R\$100,00 da Base de Cálculo.....	01/05/38
IR – Tabelas a Partir de 01.01.2005 – Alterações na Legislação.....	06/05/22
Justiça do Trabalho – Ações – Competência.....	06/05/51
Justiça do Trabalho – Gratuidade – Alterações.....	07/05/15
Justiça do Trabalho – Sistema e-DOC – Disposições.....	07/05/16
Menor Aprendiz-Idade – PROUNI – Escola de Fábrica – PET – MP 251/2005 – Conversão com Emendas.....	10/05/29
Menores Aprendizes – Idade – Alteração.....	07/05/20
Operador de Telemarketing - Sindicalismo - Convenção Coletiva de Trabalho- Acordo Coletivo – Prevalência do mais Benéfico.....	04/05/31
PAT – Execução – Comissão Tripartite.....	06/05/25
Pescadores Profissionais – Recadastramento.....	06/05/26
Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida – Promoção da Acessibilidade - Regulamentação das Leis n°s 10.048/2000 e 10.098/2000.....	01/05/38
Piso Salarial Estadual-Rio de Janeiro – Valores a Partir de Janeiro/2005.....	02/05/36
PIS/PASEP – Abono Anual – Exercício 2005/2006.....	07/05/22
PIS/PASEP – Percentuais Aplicados sobre o Saldo da Conta Individual – Exercício Financeiro 2004/2005.....	07/05/23
PNPE – Selo Empresa Parceira do Programa Primeiro Emprego.....	09/05/19
PNPE – Substituição do Jovem – Prazo.....	09/05/19
Portador de Deficiência Visual – Cão-Guia – Acompanhamento.....	07/05/24
Portugal – Acordo Brasil e Portugal sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Técnico e de Apoio ou Serviço, celebrado em Brasília, em 5 de setembro de 2001.....	03/05/11

Pessoas Portadoras de Deficiência – Prioridade na Tramitação de Processos no TST.....	08/05/57
Prestação de Serviços Intelectuais – Aplicação da Legislação das Pessoas Jurídicas.....	12/05/32
Princípio “Lex Loci Executionis” – Aplicação.....	12/05/37
RAIS 2005 – Prazo para Entrega – Prorrogação para 04.03.2005.....	03/05/13
RAIS – Instruções para 2005 – Ano Base 2004.....	01/05/41
Referendo Popular sobre o Comércio de Armas – Trabalho e Folgas.....	09/05/29
Reforma do Judiciário – Emenda Constitucional nº 45/2004 – Publicação.....	01/05/42
Representação Comercial – Considerações.....	02/05/63
Salário Mínimo – Valores a Partir de 01.05.2005.....	05/05/15;
09/05/20	
<i>Semana Espanhola</i> – Validade.....	02/05/70
Seguro-Desemprego – Pescadores Artesanais.....	01/05/42
Seguro-Desemprego – Pescadores Artesanais – Período de Proibição da Pesca – Concessão.....	05/05/15
Serviço Público – Feriados e Pontos Facultativos – Ano 2006 – Divulgação.....	12/05/33
Serviço Público - MP 1522/96 - Substituições Iguais ou Inferiores a Trinta Dias	04/05/30
Serviço Voluntário – Auxílio Financeiro – Prestador com Idade de 16 a 24 Anos.....	01/05/43
Servidor Público Celetista – Dispensa.....	09/05/22
Servidor Público – Contratação sem Concurso Público – Efeitos.....	12/05/37
SIADT - Sistema de Atendimento dos Direitos do Trabalhador - Revogação da Portaria MTB 989/94.....	04/05/23
Sindicalismo – Entidades Sindicais – Atualização de Dados no CNES.....	05/05/15
Sindicalismo – Entidades Sindicais - Recadastramento – Prorrogação do Prazo para 30.11.2005.....	11/05/20
Sindicalismo – GRCS – Modelo – Aprovação.....	05/05/17
Sindicalismo - Operador de Telemarketing - Convenção Coletiva de Trabalho- Acordo Coletivo – Prevalência do mais Benéfico.....	04/05/31
Sobreaviso – BIP – Utilização em Períodos de Folga.....	02/05/49
Sobreaviso – Uso do BIP – Não-Characterização.....	11/05/53

Sociedades de Capitalização, Previdência Complementar – Certificação de Empregados – Entidades Certificadoras – Credenciamento.....	06/05/28
Substituição – Férias – Salário do Empregado Substituto.....	09/05/30
Súmulas do TST e Orientações Jurisprudenciais da SDI do TST – Denominação, Conversões, Incorporações.....	05/05/21
Técnicos e Tecnólogos em Radiologia com Habilitação em Medicina Nuclear – Instituição e Normatização de Atribuições.....	11/05/20
Terceirização – Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública.....	02/05/50
Terceirização – Sociedade de Economia Mista – Responsabilidade Subsidiária.....	07/05/26
Trabalhador Rural – Tempo de Serviço Anterior à Lei nº8.213/91.....	04/05/32
Trabalho Infantil – Combate.....	01/05/43
Trabalho em Dia de Domingo ou Feriado – Pagamento.....	08/05/59
Trabalho Rural – Trabalho Forçado, Fraude, Aliciamento de Mão-de-Obra - Inspeção – Procedimentos.....	12/05/38
Transferência de Empregado – Caracterização e Direitos.....	01/05/64
TST – Regimento Interno – Alterações - Utilização da Expressão Súmulas.....	06/05/32
Vale-Transporte – Considerações.....	07/05/35
Vínculo Empregatício - Princípio de Primazia da Realidade.....	04/05/32

OUTROS

ABDI-Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – Instituição – Autorização.....	02/05/37
Cartões de Crédito Internacionais - Utilização – Alterações.....	03/05/14
CNPJ – Cancelamento - Alterações na Instrução Normativa SRF nº 200/2002.....	05/05/18
Código Civil – Empresas – Prazo para Adaptação – Prorrogação.....	02/05/40
Código Civil – MP nº 234/2005 – Prorrogação da Vigência.....	05/05/18
Código Civil – Novo Prazo para Adaptação.....	07/05/24
Código Penal – Alterações.....	04/05/23
Código Tributário Nacional – Alterações.....	03/05/18
Computador Para Todos – Projeto Cidadão Conectado.....	10/05/34
Consórcio Social da Juventude – Termo de Referência – Aprovação.....	07/05/24

Consórcios Públicos – Normas Gerais de Contratação.....	05/05/19
Contabilistas – Escrituração Eletrônica – Formalidades.....	04/05/28
Cooperativas de Crédito – Constituição e Funcionamento.....	01/05/44
CPMF – Entidades Beneficentes.....	07/05/24
DARF – Códigos – Desuso – Arrecadação por Meio da GRU.....	02/05/40
Dívida Ativa da União-DAU – Certidão – Emissão.....	04/05/25
Documentos Públicos – Acesso – Regulamentação.....	06/05/30
Documentos Públicos – Sigilo e Segurança das Informações.....	01/05/44
Entidades Desportivas – Resgates - Arrecadação - Prazo.....	06/05/31
Exterior – Bens e Valores Detidos no Exterior – Informação ao Banco Central.....	03/05/20
Exterior – Investimentos Brasileiros - Conferência Internacional de Ações – Pessoas Físicas e Jurídicas – Autorização.....	01/05/45
Exterior – Manual do Declarante de Capitais Brasileiros no Exterior.....	04/05/28
Falência e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais – Regulamentação.....	03/05/21
Fiscalização SRF – Planejamento e Documentos Emitidos pela RFB.....	12/05/34
Incentivos à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica – Regulamentação da Lei nº 10.973/2005.....	11/05/21
IRRF – Informe de Rendimentos Financeiros decorrentes de Aplicações Financeiras – Aprovação....	02/05/43
MP do Bem – MP nº 252/2005 – Conversão em Lei com Emendas.....	12/05/34
PPP-Parceria Público-Privada – Normas Gerais para Licitação – Instituição.....	02/05/43
ProJovem-Programa Nacional de Inclusão de Jovens e CNJ-Conselho Nacional de Juventude.....	03/05/22
PROUNI – Adesão de Instituições de Ensino, Emissão de Termo Aditivo e Prorrogação do Prazo para Adesão.....	11/05/25
PROUNI – Adesão - Prorrogação do Prazo para até 02.12.2005.....	12/05/34
PROUNI – Disposições.....	07/05/25
PROUNI – Bolsa-Permanência – Concessão.....	07/05/25
PROUNI – MP nº 235/2005 – Prorrogação da Vigência.....	05/05/19
PROUNI – Programa Universidade para Todos – Intituição e Adesão.....	02/05/47

PROUNI – Programa Universidade para Todos – Termo de Adesão – Prazos – Reabertura.....	01/05/45
Regularidade Fiscal – Fazenda Nacional – Disposições.....	12/05/35
REPES, RECAP e Programa de Inclusão Digital – Instituição e Incentivos Fiscais.....	07/05/25; 12/05/34
REPES, RECAP e Programa de Inclusão Digital – Instituição e Incentivos Fiscais – MP 252 05 – Prazo de Vigência – Encerramento.....	11/05/27
UPC – Valor – Período de 01.04.2005 a 30.06.2005.....	04/05/28

EQUIPE TÉCNICA VERITAE

Adenísio Pereira da Silva Junior

Beatris Papandreu

Humberto Superchi

Pedro Wolff

Sofia Kaczurowski

Direção e Coordenação: Sofia Kaczurowski

MESA REDONDA

TEMA: FÉRIAS E FÉRIAS COLETIVAS

Abordagem:

- Direito;
- Remuneração
- Salário Fixo , Variável e Misto
- Horas Extras, Adicional Noturno, Comissões, Repouso Semanal Remunerado
- Afastamentos: Auxílio –Doença, Acidente do Trabalho, Salário-Maternidade
- Direito nas Rescisões Contratuais;
- Incidências Legais de INSS e FGTS

AGENDE SUA EMPRESA!

Duração Estimada: 3 Horas

Local: BKR-Lopes, Machado

- **Caso seja de sua preferência, a realização das Mesas Redondas poderá ser na sua Empresa**
- **Você pode solicitar Mesas Redondas sobre outros Temas de seu Interesse**

SOLUÇÕES VERITAE

VERIFICAÇÕES DE PROCEDIMENTOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

As Verificações de Procedimentos nas Áreas Trabalhista e Previdenciária consistem na análise *In loco* dos atuais procedimentos adotados pela Empresa na aplicação das Normas Legais Trabalhistas e Previdenciárias, visando o levantamento de irregularidades e indicando as soluções legais e procedimentos adequados para cada caso levantado.

A Verificação poderá abranger, a critério da Empresa solicitante:

Área Trabalhista:

- *Processo Admissional;*
- *Contratos de Trabalho Individual e Coletivo;*
- *Jornada e Horário de Trabalho;*
- *Trabalho Noturno*
- *Isonomia Salarial*
- *Trabalho do Menor e Aprendizagem no Emprego;*
- *Remuneração e Benefícios;*
- *Folha de Pagamento;*
- *Processo Demissional;*
- *Processos de Terceirização;*
- *Processo de Implantação de Comissões de Conciliação Prévia;*
- *Segurança e Saúde no Trabalho e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais;*
- *Trabalhadores sem Vínculo Empregatício.*

Área Previdenciária:

- *Enquadramentos Básicos da Empresa;*
- *Identificação dos Contribuintes;*
- *Contribuições dos Segurados;*
- *Contribuições da Empresa;*
- *Obrigações da Empresa;*
- *Retenção de 11%, 13%, 14% ou 15% nas Cessões de Mão-de-Obra e nas Empreitadas;*
- *Gerenciamento dos Riscos Ocupacionais e PPP-Perfil Profissiográfico Previdenciário*
- *Benefícios da Previdência Social e sua Repercussão nos Contratos de Trabalho: Salário-Família, Salário-Maternidade, Acidentes do Trabalho, Auxílio-Doença, Aposentadorias;*
- *Inclusão de Portadores de Deficiência.*

INFORMAÇÕES

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Crimes Previdenciários – Suspensão da Pretensão Punitiva – Ocorrência

A **Resolução CNPS nº 1.265/2005 – DOU: 09.11.2005** determinou que o Ministério da Previdência Social, em articulação com o Ministério da Fazenda, proporá adequações à legislação federal, de modo a que a suspensão da pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 168-A e 337-A do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, em face de recolhimento ou de parcelamento somente ocorra se a quitação do débito ou a celebração de acordo para o seu pagamento parcelado ocorram antes do recebimento da denúncia e zelará para que novas proposições legislativas obedeçam a tal entendimento.

Entidades e Organizações de Assistência Social – Art. 3º da LOAS - Regulamentação

A **Resolução CNAS nº 191/2005 – DOU: 17.11.2005** instituiu orientação para regulamentação do art. 3º da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - LOAS, acerca das entidades e organizações de assistência social mediante a indicação das suas características essenciais.

GFIP – Versão SEFIP 8.0 – Manual – Aprovação

A **Instrução Normativa SRP nº 9/2005 – DOU: 25.11.2005** aprovou as instruções para preenchimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, as Retificações, bem como o Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - SEFIP, versão 8.0.

A GFIP será preenchida utilizando-se o Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - SEFIP, versão 8.0, também aprovado pela Instrução Normativa.

O manual e o programa SEFIP estão disponibilizados na Internet, nos endereços eletrônicos www.previdencia.gov.br e www.caixa.gov.br.

O SEFIP versão 8.0 destinar-se-á, inclusive, à **retificação** de GFIP, relativas às competências a partir de **janeiro de 1999**.

A GFIP gerada pelo SEFIP deverá ser apresentada, mensalmente, até o dia 7 do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores ou no dia útil imediatamente anterior, caso o dia 7 seja dia não útil.

A GFIP será transmitida pela Internet, por meio do aplicativo Conectividade Social, disponibilizado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

A partir do **ano de 2005**, deverão ser apresentadas **GFIP distintas** para os fatos geradores referentes ao mês de dezembro, competência 12; e para os fatos geradores referentes ao **décimo terceiro salário, competência 13**.

A GFIP da competência 13 destinar-se-á exclusivamente a prestar informações à Previdência Social, relativas a fatos geradores das contribuições relacionadas ao décimo-terceiro salário.

O décimo terceiro pago na rescisão, inclusive a ocorrida no mês de dezembro, será informado na GFIP da competência da rescisão.

A GFIP relativa ao décimo-terceiro deverá ser apresentada até o dia **31 de janeiro** do ano seguinte ao da referida competência, observando-se, quanto a forma de preenchimento, as normas contidas no Manual da GFIP/SEFIP.

A GFIP da competência 13/2005 deverá ser preenchida a partir da versão 8.0 ou de versão posterior do SEFIP.

Exceto quanto ao décimo-terceiro, **até o dia 31 de janeiro de 2006**, a GFIP poderá ser apresentada utilizando-se a **versão 7.0 do SEFIP**, conforme orientações do Manual da GFIP/SEFIP para usuários do SEFIP 7.0, aprovado pela IN INSS/DC nº 107, de 22 de abril de 2004, alterada pela IN MPS/SRP nº 1, de 25 de novembro de 2004..

A partir de 1º de dezembro de 2005, não serão válidas as GFIP geradas por meio do SEFIP 7.0 ou versões anteriores, quando, na competência a que se referirem, já houver sido entregue GFIP na versão 8.0 ou em versão posterior do SEFIP, as quais reputar-se-ão não entregues.

Foi aprovada a nova sistemática de retificação eletrônica conforme orientações do Manual da GFIP/SEFIP e demais normas estabelecidas.

A partir de 1 de dezembro de 2005, as informações destinadas à Previdência Social prestadas incorretamente em GFIP serão retificadas exclusivamente com a utilização da versão 8.0 do SEFIP ou versão posterior, conforme orientações do Manual da GFIP/SEFIP.

A partir de 1º de dezembro de 2005, fica vedada a retificação de informações relativas a fatos geradores de contribuições previdenciárias prestadas em GFIP, independente da competência a que se referirem essas informações, por meio dos formulários retificadores:

- I - Retificação de Dados do Empregador - RDE;
- II - Retificação de Dados do Trabalhador - RDT;
- III - Retificação de Dados do Trabalhador Coletiva - RDT Coletiva; e
- IV - Retificação da Remuneração e Devolução do FGTS - RRD.

Os formulários retificadores serão processados, desde que entregues na rede bancária até 30 de novembro de 2005.

Até que sejam atualizadas as telas e relatórios do SEFIP, versão 8.0, as expressões “Ministério da Fazenda - MF”, “Receita Federal do Brasil - RFB” e “Unidade de atendimento da Receita Federal do Brasil - RFB” devem ser entendidas como “Ministério da Previdência Social - MPS”, “Secretaria da Receita Previdenciária - SRP” e “Unidade de atendimento da Receita Previdenciária - UARP”, respectivamente.

Regularidade Fiscal – SRP – Disposições; Decreto nº 3.048/99 – Alterações

O **Decreto nº 5.586/2005 – DOU: 19.11.2005** - Edição Extra, dispôs sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, a Secretaria da Receita Previdenciária, inclusive em relação à dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e alterou o Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

RFB – Documentos Fiscais - Utilização

A **Portaria SRF nº 6.088/2005 – DOU: 23.11.2005** dispôs sobre intimações, autos de infração, notificações, mandados de procedimento fiscal, formulários e programas geradores de declaração, correspondências e demais documentos, referentes a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF), emitidos ou disponibilizados pela Receita Federal do Brasil (RFB), nos termos da Medida Provisória nº 258, de 21 de julho de 2005.

As intimações, autos de infração, notificações, mandados de procedimento fiscal, formulários e programas geradores de declaração, correspondências e demais documentos, referentes a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF), emitidos ou disponibilizados pela Receita Federal do Brasil (RFB), nos termos da Medida Provisória nº 258, de 21 de julho de 2005, serão considerados, em virtude da perda da eficácia da referida Medida Provisória a partir de 19 de novembro de 2005, emitidos ou disponibilizados pela SRF.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

NR 04 – SESMT – Redimensionamento – Prazo – Prorrogação por mais 120 Dias

A **Portaria SIT/DSST nº 140/2005 – DOU: 10.11.2005** prorrogou prazo de adequação de redimensionamento para empresas reclassificadas no Grau de Risco, conforme Portaria SSST nº 01/95

A Portaria SSST nº 01/95 alterou o Quadro I a NR 4. As empresas, cujas atividades foram reclassificadas em grau de risco maior que aquele constante do quadro até então vigente, terão o prazo de um ano, a partir da publicação desta portaria, para, se for o caso, organizarem ou redimensionarem os SESMT e as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA, e requererem à Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho a dirimção de dúvidas,

VERITAE Orientador Empresarial –VOE
Trabalho – Previdência Social – Segurança e Saúde no Trabalho

Edição VOE 12 05

22

consubstanciadas em dados técnicos apresentados por entidades representativas dos empregadores e trabalhadores da atividade econômica respectiva.

Veja a integrada Portaria SSST 01/95 e seus Anexos, em LEX.

NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade - Subitem 10.7.4 - Anexo IV da Portaria TEM nº 598/2004 - Prorrogação

A **Portaria MTE nº 484/2005 –DOU: 10.11.2005** restabeleceu e prorrogou, até 8 de março de 2006, o prazo para cumprimento da obrigação de que trata o item 10.7.3 da Norma Regulamentadora no 10, previsto no Anexo IV da Portaria MTE no 598, de 07 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União nº 235, de 08 de dezembro de 2004, Seção I, páginas 74 a 77.

NR 31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura - Ementário – Inclusão Elementos para Lavratura de Autos de Infração

A **Portaria SIT nº 142/2005 – DOU: 17.11.2005** inclui no “Ementário - Elementos para lavratura de autos de infração” as ementas referentes à Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura - NR 31.

NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde - Aprovação

A **Portaria MTE nº 485/2005 – DOU: 16.11.2005** aprovou a Norma Regulamentadora-NR nº 32 que dispõe Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde

TRABALHO

Contribuição Sindical - Confederação Nacional do Transporte-CNT – Tabela para Janeiro/2006

Através do **Aviso s/nº, de 23.11.2005, da Confederação Nacional do Transporte (CNT) – DOU: 24.11.2005**, a Confederação Nacional do Transporte - CNT, nos termos da Resolução Normativa nº 55/2005, de 22 de novembro de 2005, comunica que o valor base para cálculo da Contribuição Sindical, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2006, é fixado em **R\$ 184,07** (cento e oitenta e quatro reais e sete centavos) e o valor da contribuição dos transportadores autônomos é fixado em **R\$ 110,44** (cento e dez reais e quarenta e quatro centavos).

ANEXO

Tabela para cálculo da Contribuição Sindical para o exercício de 2006. Para os trabalhadores autônomos, não organizados em empresa, a contribuição será de: R\$ 110,44 (cento e dez reais e quarenta e quatro centavos).

Base Jan./2006: R\$ 184,07.

	Classe de Capital Social (R\$)		Alíquota (%)		Parcela a ser adicionada (R\$)
de	0,01	até	13.805,25	-	Contrib. mínima 110,44
de	13.805,26	até	27.610,50	0,80%	0,00
de	27.610,51	até	276.105,00	0,20%	165,66
de	276.105,01	até	27.610.500,00	0,10%	441,77
de	27.610.500,01	até	147.256.000,00	0,02%	22.530,17
acima de	147.256.000,01	inclusive	-	-	Contrib. máxima 51.981,37

Contribuição Sindical = (Capital Social da Empresa X Alíquota Correspondente) + parcela a ser adicionada.

Como calcular o valor da Contribuição Sindical:

- 1) Enquadrar o capital social de sua empresa em uma das “Classes de Capital Social”;
- 2) Identificar a “alíquota” correspondente a essa “Classe de Capital Social”;
- 3) Multiplicar o capital social de sua empresa pela “alíquota” encontrada;
- 4) Adicionar ao resultado do item “3” a “parcela a ser adicionada” correspondente.

Exemplo: Capital Social da Empresa: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

- 1) Enquadramento: o Capital Social da Empresa encontra-se na “Classe de Capital Social” de R\$ 27.610,51 até R\$ 276.105,00;
- 2) A Alíquota correspondente a essa “Classe de Capital Social” é 0,2%;
- 3) R\$ 30.000,00 X 0,2% = R\$ 60,00;
- 4) R\$ 60,00 + R\$ 165,66 = R\$ 225,66.

Contribuição Sindical – GRCSU – Modelo – Aprovação

A **Portaria MTE nº 488/2005 – DOU: 24.11.2005** aprovou o modelo da Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical Urbana – GRCSU, bem como seu preenchimento

A GRCSU é o único documento hábil para a quitação dos valores devidos a título de contribuição sindical urbana, sendo composta de duas vias: uma destinada ao contribuinte, para comprovação da regularidade da arrecadação e outra à entidade arrecadadora.

Nas empresas que possuam estabelecimentos localizados em base territorial sindical distinta da matriz, o recolhimento da contribuição sindical urbana devida por trabalhadores e empregadores será efetuado por estabelecimento.

A contribuição sindical urbana poderá ser recolhida em qualquer agência bancária, bem como em todos os canais da Caixa Econômica Federal - CAIXA (agências, unidades lotéricas, correspondentes bancários, postos de auto-atendimento), na forma estabelecida na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

A GRCSU estará disponível para preenchimento no endereço eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (www.mte.gov.br) e da CAIXA (www.caixa.gov.br).

A Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical, aprovada pela Portaria nº 3.233, de 29 de dezembro de 1983, poderá ser utilizada até o dia 31 de dezembro de 2005.

Débitos Trabalhistas – Tabela Única de Atualização – Sistema Único de Cálculo - Estabelecimento pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho-CSJT

A **Resolução CSJT nº 8/2005 – DOU: 03.11.2005** estabeleceu a Tabela Única para atualização e conversão de débitos trabalhistas - Sistema Único de Cálculo (SUCJT)

A Tabela Única será disponibilizada a todos os interessados através dos sítios da internet do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.

Caberá à Assessoria Econômica do Tribunal Superior do Trabalho:

I - promover a atualização da Tabela Única, até o terceiro dia útil de cada mês, de acordo com a variação da TR do dia 1º ao último dia de cada mês, ou mediante outro índice por que venha a ser substituída;

II - incorporar os novos coeficientes de atualização monetária Tabela Única disponibilizada;

III - apurar os novos coeficientes de atualização monetária mediante arredondamento até a nona casa decimal.

A Tabela Única para Atualização e Conversão de Débitos Trabalhistas vigorará a partir de 1º de novembro de 2005 e sucederá a todas às demais tabelas afins editadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho.

FGTS – Manual de Recolhimento – Sistema 8.0 - Divulgação

A **Circular CEF nº 370/2005 – DOU: 25.11.2005** divulgou o Manual do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - SEFIP.

FGTS – Recolhimentos Mensais e Rescisórios – Sistema SEFIP 8.0 - Procedimentos

A **Circular CEF nº 372/2005 – DOU: 29.11.2005** estabeleceu procedimentos pertinentes aos recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais.

RECOLHIMENTO AO FGTS

Os recolhimentos ao FGTS, devem ser efetuados utilizando-se da Guia de Recolhimento do FGTS - GRF, gerada pelo aplicativo Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência - SEFIP, da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP, excepcionalmente para recolhimento de empregado doméstico e Depósito Recursal, em formulário papel, da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e da Contribuição Social - GRFC, da Guia de Regularização de Débitos do FGTS - GRDE ou do Documento Específico de Recolhimento do FGTS - DERF.

Poderá ser utilizada a Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS - GRRF, novo formulário ainda em piloto, para recolhimento rescisório do FGTS.

GUIAS DE RECOLHIMENTO DO FGTS GERADAS PELO SEFIP E DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS E INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL – GFIP

Para realização dos recolhimentos nas contas tituladas pelos trabalhadores, vinculadas ao FGTS, de que tratam as Leis n.º 8.036/90, 9.601/98 e 10.097/00, das Contribuições Sociais instituídas pela Lei Complementar n.º 110/01, o empregador/contribuinte deve utilizar, obrigatoriamente, a Guia de Recolhimento do FGTS, gerada pelo SEFIP, disponível somente em Plataforma Gráfica.

A GFIP em meio papel ainda pode ser apresentada, excepcionalmente, sob duas formas, para uso exclusivo de recolhimento de empregado doméstico e recolhimento recursal:

GRFC

É utilizada para os recolhimentos das importâncias de que trata o artigo 18, da Lei nº 8.036/90, com redação dada pela Lei nº 9.491/97, relativos à multa rescisória, aviso prévio indenizado, quando for o caso, aos depósitos do FGTS do mês da rescisão e do mês imediatamente anterior, caso ainda não tenham sido efetuados, acrescidos das contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar nº 110/01, quando devida.

A GRFC pode ser apresentada nas formas abaixo:

- GRFC - Conectividade Social Empregador - formulário gerado a partir da solicitação do empregador, via Internet.

- GRFC pré-impressa pela CAIXA, contém os dados relativos à identificação do empregador e do trabalhador no cadastro do FGTS, bem como o saldo da conta vinculada para fins de cálculo da multa rescisória e contribuição social, quando for o caso, contemplando a informação da Maior Competência processada;

- GRFC avulsa - formulário disponível no comércio e no site da CAIXA (www.caixa.gov.br), para preenchimento integral dos campos pelo empregador;

A GRFC será aceita pela CAIXA e pela rede bancária conveniada quando apresentada em uma das formas citadas, ou quando guardar estrita semelhança com o modelo/formulário avulso.

Para fins de quitação da GRFC, o empregador deve apresentá-la em 2 (duas) vias, cuja destinação será a seguinte:

- 1ª VIA - CAIXA/BANCO CONVENIADO - 2ª VIA - EMPREGADOR 5.3.1 Ao empregador compete entregar ao trabalhador uma cópia da GRFC quitada, mantendo sua via em arquivo, pelo prazo legal, para fins de controle e fiscalização.

Para as demissões sem justa causa e por culpa recíproca ou força maior, ocorrida a partir de 01 de maio de 2002, referente a trabalhador cuja data de admissão, naquele contrato de trabalho, for anterior a 01/03/1990, deverá ser incluído na base de cálculo para a multa rescisória, o complemento de atualização monetária de que trata a Lei Complementar nº 110/01, de 29/06/2001.

GRFC O vencimento da GRFC é determinado pela situação da movimentação, conforme demonstrativo a seguir:

SITUAÇÃO	DEPÓSITO + CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	PRAZO DE RECOLHIMENTO
AVISO PRÉVIO TRABALHADO	Mês anterior	1º dia útil subsequente à data do efetivo desligamento, desde que este dia útil seja igual ou anterior ao dia 07 do mês de rescisão. Quando o 1º dia útil for posterior ao dia 7 do mês subsequente o vencimento ocorre no mencionado dia 7
Término de contrato de trabalho por prazo determinado (firmado nos termos da Lei 9.601/98)	Mês da rescisão	1º dia útil subsequente à data do efetivo desligamento

	Multa rescisória	1º dia útil subsequente à data do efetivo desligamento
AVISO PRÉVIO INDENIZADO Despedida indireta	Mês anterior	Até o dia 7 do mês da rescisão
Término de contrato de trabalho por prazo determinado (firmado nos termos da Lei 6.019/74)	Mês da rescisão	Até o 10º dia corrido a contar do dia imediatamente posterior ao desligamento. Quando o 10º dia corrido for posterior ao dia 7 do mês subsequente o vencimento ocorre no mencionado dia 7. Caso não haja expediente bancário no 10º dia corrido, o prazo para recolhimento, sem acréscimos legais, é o dia útil imediatamente anterior ao 10º dia corrido.
Rescisão antecipada de contrato de trabalho por prazo determinado (firmado nos termos da Lei 9.601/98)	Aviso Prévio Indenizado	Até o 10º dia corrido a contar do dia imediatamente posterior ao desligamento. Quando o 10º dia corrido for posterior ao dia 7 do mês subsequente o vencimento ocorre no mencionado dia 7. Caso não haja expediente bancário no 10º dia corrido, o prazo para recolhimento, sem acréscimos legais, é o dia útil imediatamente anterior ao 10º dia corrido.
	Multa rescisória	Até o 10º dia corrido a contar do dia imediatamente posterior ao desligamento. Caso não haja expediente bancário no 10º dia corrido, o prazo para recolhimento, sem acréscimos legais, é o dia útil imediatamente anterior ao 10º dia corrido.

Para efeito de vencimento, considera-se como dia não útil, o sábado, o domingo e todo aquele constante do Calendário Nacional de feriados bancários divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

DERF

Utilizado para Recolhimento das Contribuições Sociais, quando no período compreendido pelo dissídio, acordo coletivo ou sentença trabalhista as mesmas forem devidas.

Para efetivação do recolhimento da diferença da Contribuição Social de 0,5% (meio por cento) e/ou encargos, deve ser utilizado o DERF informando o código 725.

Para efetivação do recolhimento da diferença da Contribuição Social de 10% (dez por cento) e/ou encargos, deve ser utilizado o DERF informando o código 727.

O DERF pode ser obtido em qualquer agência da CAIXA, gratuitamente, para total preenchimento pelo empregador, cujas informações serão de inteira responsabilidade do mesmo.

CONFISSÃO DE DÉBITOS

Caracteriza-se como Confissão de Débitos a declaração formal e espontânea do empregador relativamente à remuneração paga ou devida no mês de competência sobre a qual são devidos valores de FGTS, na forma do artigo 15o. da Lei nº 8.036/90 e de Contribuição Social, conforme o artigo 2o. da LC nº 110/2001, que ainda não tenham sido recolhidos.

A confissão realizada pelo empregador constituirá crédito passível de inscrição em Dívida Ativa, no caso de não recolhimento oportuno, e conseqüente Execução Judicial nos termos da Lei nº 6.830/80.

A confissão de não recolhimento de FGTS e de Contribuição Social deve ser realizada pelo empregador, utilizando o aplicativo SEFIP a partir da versão 8.0, mediante declaração na modalidade 1 - Declaração ao FGTS e à Previdência, por mês de competência, das remunerações dos empregados pertencentes às categorias de 1 a 7, não recolhidas ou declaradas até a data de validade indicada pelo empregador, devendo ser transmitida à CAIXA por meio do Conectividade Social.

CENTRALIZAÇÃO

O empregador/contribuinte que possua mais de um estabelecimento pode, sem necessidade de autorização prévia da CAIXA, definir-se pela centralização dos depósitos do FGTS quando da geração do arquivo SEFIP, mantendo em relação àquelas unidades, o controle de pessoal, os registros contábeis também centralizados, a Relação de Estabelecimentos Centralizados - REC e a Relação de Empregados - RE.

Não é permitida a centralização para recolhimento de depósito recursal.

DEPÓSITO RECURSAL - CÓDIGO 418

Depósito estabelecido pelo art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, devido em decorrência de processo trabalhista, como condição essencial à interposição de recurso do empregador contra decisão proferida pela Justiça do Trabalho.

Deve ser efetivado em conta vinculada do FGTS, aberta para este fim específico, mediante apresentação da guia de recolhimento, em 2 (duas) vias com a seguinte destinação:

1ª Via - CAIXA/BANCO CONVENIADO 2ª Via - EMPREGADOR 12.3 Cada guia de recolhimento corresponde ao depósito recursal relativo apenas a um processo.

A guia de recolhimento pode ser quitada em qualquer agência da CAIXA ou dos Bancos conveniados.

A guia para fins de depósito recursal pode ser apresentada de duas formas:

- Guia de Recolhimento para Fins de Recurso junto à Justiça do Trabalho - emitida pelo SEFIP Plataforma Gráfica;
- GFIP Avulsa.

Para o preenchimento da GFIP avulsa deve-se observar as instruções constantes no item 4.4 e subitens.

O não preenchimento dos campos será motivo de recusa do recebimento da GFIP pelos bancos.

RECOLHIMENTO PARA ENTIDADES COM FINS FILANTRÓPICOS - CÓDIGO 604

Tratando-se de recolhimento das Entidades Filantrópicas, competências anteriores a 10/1989, quando houver rescisão ou extinção do contrato de trabalho e no recolhimento espontâneo:

Os depósitos são efetuados com base no saldo da conta vinculada posicionada na data do último crédito de JAM;

A quitação deve ser realizada até o primeiro dia útil posterior ao crédito de JAM, imediatamente após o afastamento.

Em se tratando de recolhimento para utilização em moradia própria, a Entidade Filantrópica deve observar:

Que o saldo da conta vinculada, corrigido até o dia 10 precedente à data do efetivo recolhimento deve ser atualizado, a partir daí, até o dia que antecede a quitação, com base na Taxa Referencial - TR do dia primeiro do mês, mais juros de 6%(seis por cento) ao ano “pro rata die”;

Que o depósito deve ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da comunicação do Agente do Sistema Financeiro da Habitação - SFH.

O recolhimento das Entidades Filantrópicas - código 604 efetuado após os prazos estipulados implica no pagamento das seguintes cominações, calculadas a partir do saldo da conta vinculada posicionado no dia do último crédito de JAM anterior à data em que o recolhimento era devido:

Sobre o saldo da conta vinculada convertido para a moeda da data da quitação, acrescido da atualização monetária, incide ainda:

- juros de mora de 0,5%(meio por cento) ao mês ou fração;

- multa de 10%(dez por cento), reduzindo-se esse percentual para 5%(cinco por cento) se o recolhimento ocorrer até o último dia útil do mês em que era devido.

O recolhimento em atraso implica, ainda, na atualização do saldo da conta vinculada até a última data de crédito de JAM anterior à data de quitação.

Para gerar a Guia de Recolhimento do FGTS para Empresas Filantrópicas deve-se incluir as informações no SEFIP e enviar o arquivo por meio do Conectividade Social.

CADASTRAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DOS EMPREGADORES E TRABALHADORES NO SISTEMA FGTS

O cadastramento do empregador e do trabalhador no sistema FGTS, ocorre com a efetivação do primeiro recolhimento e o processamento do respectivo arquivo SEFIP. Pode ocorrer também através do processamento de arquivo de modalidade 1 - Declaração ao FGTS e à Previdência.

INFORMAÇÃO DE SALDO PARA FINS RESCISÓRIOS

O empregador, para fins de cálculo da multa rescisória - §§ 1º e 2º do artigo 18 da Lei 8.036/90, com a redação dada pela Lei nº 9.491/97, de 09/09/1997 - pode utilizar:

- extrato fornecido pela CAIXA;
- a informação de saldo contida no campo “Saldo Fins Rescisórios Em” da GFIP pré-impressa pela CAIXA, no caso de empregador doméstico;
- a informação de saldo contida no campo “Saldo para fins rescisórios” na GRFC pré-impressa;
- a informação de saldo contida no campo “Saldo para fins rescisórios” da GRFC emitida pelo Conectividade Social Empregador;
- a informação de saldo em forma de arquivo magnético, disponibilizado aos empregadores que fizerem a solicitação através do aplicativo CS/E.

Para atender às solicitações de saque dos depósitos rescisórios, a CAIXA tem o prazo legal de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia útil imediatamente posterior ao recolhimento da GRFC.

FGTS – Retificação de Informações, Transferência de Contas e Devolução de valores recolhidos – Sistema 8.0

A **Circular CEF nº 371/2005 – DOU: 29.11.2005** estabeleceu procedimentos pertinentes à retificação de informações ao FGTS, transferência de contas FGTS e à devolução de valores recolhidos ao FGTS.

São formulários retificadores de dados e informações:

- Retificação de Dados do Empregador - RDE (Anexo I);
- Retificação de Dados do Trabalhador - RDT (Anexo II);

- Retificação da Remuneração ou Depósito com Devolução de FGTS - RRDD (Anexo III).

Para as **guias de recolhimento rescisório**, a retificação ocorre somente mediante apresentação dos formulários retificadores, preenchidos conforme orientações contidas na Circular, **não se aplicando o uso do SEFIP**.

Quando na retificação da guia rescisória recolhida em GRFP, for requerida a entrega de nova guia, deve ser apresentada a guia vigente a época do recolhimento.

O empregador/contribuinte deve obter a versão atualizada do SEFIP, dos formulários retificadores e do pedido de transferência, no “site” da CAIXA - www.caixa.gov.br, onde também está disponível o Manual para Usuário do SEFIP que apresenta orientações necessárias para a utilização do aplicativo.

A solicitação de transferência de contas do FGTS decorrentes de mudança de local de trabalho, cisão/fusão/incorporação/ sucessão de empregadores ou centralização de recolhimento deve se dar por meio da apresentação do formulário Pedido de Transferência de Contas - PTC (Anexo V).

A entrega dos formulários retificadores e do pedido de transferência deve ser efetuada em qualquer agência da CAIXA ou em agência bancária conveniada, nas localidades em que não houver agência da CAIXA, sendo sua recepção condicionada ao preenchimento dos campos obrigatórios.

Somente são acatados os formulários que contenham a identificação por extenso contendo nome/RG, e a assinatura do empregador/ contribuinte ou do seu representante legal, responsável pela solicitação.

Pode ser exigida pela CAIXA a apresentação de documentos complementares para efetivar a retificação ou transferência solicitada pelo empregador/contribuinte, quando necessários.

Imposto de Renda - Brasil e Israel – Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir Evasão Fiscal

O **Decreto nº 5.576/2005 – DOU: 09.11.2005** promulgou a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda, celebrada em Brasília, em 12 de dezembro de 2002.

Prestação de Serviços Intelectuais – Aplicação da Legislação das Pessoas Jurídicas

O Art. 129 da **Lei nº 11.196/2005 – DOU: 22.11.2005** dispôs:

“Para fins fiscais e previdenciários, a prestação de serviços intelectuais, inclusive os de natureza científica, artística ou cultural, em caráter personalíssimo ou não, com ou sem a designação de quaisquer obrigações a sócios ou empregados da sociedade prestadora de serviços, quando por

esta realizada, se sujeita tão somente à legislação aplicável às pessoas jurídicas, sem prejuízo da observância do disposto no art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.”

Serviço Público – Feriados e Pontos Facultativos – Ano 2006 - Divulgação

A **Portaria MPOG nº 971/2005 – DOU: 09.11.2005** divulgou os dias de feriado nacional e de ponto facultativo no ano de 2006, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

- I - 1º de janeiro, Confraternização Universal (feriado nacional);
- II - 27 de fevereiro, Carnaval (ponto facultativo);
- III - 28 de fevereiro, Carnaval (ponto facultativo);
- IV - 1º de março, Quarta-Feira de Cinzas (ponto facultativo até às 14 horas);
- V - 14 de abril, Paixão de Cristo (feriado nacional);
- VI - 21 de abril, Tiradentes (feriado nacional);
- VII - 1º de maio, Dia do Trabalho (feriado nacional);
- VIII - 15 de junho, Corpus Christi (ponto facultativo);
- IX - 7 de setembro, Independência do Brasil (feriado nacional);
- X - 12 de outubro, N. Sra. Aparecida (feriado nacional);
- XI - 28 de outubro, Dia do Servidor Público, definido pelo art. 236 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (ponto facultativo);
- XII - 2 de novembro, Finados (feriado nacional);
- XIII - 15 de novembro, Proclamação da República (feriado nacional); e
- XIV - 25 de dezembro, Natal (feriado nacional).

Os feriados declarados em lei estadual ou municipal, de que trata a Lei nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, serão observados pelas repartições da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional nas respectivas localidades.

Os dias de guarda dos credos e religiões, não relacionados nesta Portaria, poderão ser compensados na forma do inciso II do art. 44 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, desde que previamente autorizado pelo responsável pela unidade administrativa de exercício do servidor.

Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

OUTROS

Fiscalização SRF – Planejamento e Documentos Emitidos pela RFB

Foram publicadas as **Portarias SRF nº 6.087/2005 - DOU: 22.11.2005** dispoendo sobre o planejamento da fiscalização da SRF e **nº 6.088/2005 - DOU: 23.11.2005** dispoendo sobre os documentos emitidos pela RFB.

MP do Bem –MP nº 252/2005 – Conversão em Lei com Emendas

A MP nº 252/2005 foi convertida , com emendas, na **Lei nº 11.196/2005 – DOU: 22.11.2005**

A Lei nº 11.196/2005, entre outros, institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decretº Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decretº Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nos 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nos 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

PROUNI – Adesão - Prorrogação do Prazo para até 02.12.2005

A **Portaria ME nº 4.034/2005 – DOU: 25.11.2005** prorroga o prazo para adesão de novas instituições de ensino superior ao Programa Universidade para Todos - ProUni, bem como para emissão do Termo Aditivo referente ao primeiro semestre de 2006, para as instituições já credenciadas, e dá outras providências.

Foi prorrogado até às 23 horas e 59 minutos (horário de Brasília) do dia 2 de dezembro de 2005 o prazo para adesão de novas instituições de ensino superior ao ProUni, bem como para emissão do Termo Aditivo referente ao primeiro semestre de 2006, para as instituições já credenciadas.

Regularidade Fiscal – Fazenda Nacional – Disposições

O **Decreto nº 5.586, de 19.11.2005 – DOU: 19.11.2005** - Edição Extra, dispôs sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, a Secretaria da Receita Previdenciária, inclusive em relação à dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, alterou o Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social, e deu outras providências.

A **Portaria Conjunta PGFN nº 3/2005 – DOU: 24.11.2005** dispôs sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.

A **Instrução Normativa SRF nº 574/2005 – DOU: 24.11.2005, retificada no de 25.11.2005** dispôs sobre a regularidade fiscal do sujeito passivo, quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, para efeitos de emissão de certidão conjunta perante a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

JURISPRUDÊNCIA

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Entidades Filantrópicas – Isenção de Contribuição Previdenciária – Ato - Efeitos

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ENTIDADE FILANTRÓPICA. ISENÇÃO.

O ATO DECLARATÓRIO INDISPENSÁVEL À ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ART. 195, § 7º, DA CF/1988) DE SOCIEDADE FILANTRÓPICA, COM BASE NO DL N. 1.577/1977, GERA EFEITO *EX TUNC* A CONTAR DA DATA EM QUE PREENCHIA OS REQUISITOS LEGAIS. NO CASO, É IRRELEVANTE QUE O CERTIFICADO DE ENTIDADE DE FINS BENEFICENTES TENHA SIDO CONCEDIDO POSTERIORMENTE À DATA EM QUE OS SUPOSTOS DÉBITOS FORAM CONCENTRADOS, VEZ QUE A RECORRIDA SEMPRE FOI CONSIDERADA ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS, PREENCHENDO, ADEMAIS, OS REQUISITOS DO ARTS. 14 DO CTN E 55 DA LEI N. 8.212/1991, TENDO, PORTANTO, IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. PRECEDENTES CITADOS: RESP 763.435/RS, DJ 5/9/2005, E AGRG NO MS 9.476-DF, DJ 15/3/2004. [RESP 730.246-RS](#), REL. MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI, JULGADO EM 20/10/2005.

FONTE: STJ

TRABALHO

Exterior – Contratação de Trabalhadores Brasileiros para Trabalho no Exterior – Responsabilidade da Empresa Brasileira Contratante

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO EXTERIOR - RESPONSABILIDADE LEGAL DA EMPRESA BRASILEIRA CONTRATANTE – LEGITIMIDADE PASSIVA - LEI Nº 7064/82.

O ART. 19 DA LEI Nº 7064/82 ASSENTA A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA PESSOA JURÍDICA DOMICILIADA NO BRASIL PELAS OBRIGAÇÕES ADVINDAS DA CONTRATAÇÃO DE **TRABALHADOR** PARA PRESTAR SERVIÇOS RELACIONADOS À ENGENHARIA, CONSULTORIA, PROJETOS, OBRAS E AFINS, NO EXTERIOR, DAÍ SER A EMPRESA BRASILEIRA CONTRATANTE LEGÍTIMA PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DA DEMANDA. NÃO ENFOCANDO A QUESTÃO SOB ESSE ASPECTO, ESTAR-SE-IA ADMITINDO A CONTRATAÇÃO DIRETA DE **TRABALHADOR** NACIONAL POR EMPREGADOR **ESTRANGEIRO**, ATRAVÉS DE CONDUTA FLAGRANTEMENTE ILÍCITA DA RECLAMADA, QUE QUER EXIMIR-SE DE QUALQUER RESPONSABILIDADE, O QUE CONSUBSTANCIARIA CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, TIPIFICADO PELO ALICIAMENTO DE MÃO-DE-OBRA (CÓDIGO PENAL, ART. 206).

DJ DATA: 05-05-2000 PG: 505

RELATOR:

MINISTRO IVES GANDRA MARTINS FILHO

FONTE: TST

Princípio “Lex Loci Executionis” - Aplicação

CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO - PRINCÍPIO DA "LEX LOCI EXECUTIONIS CONTRACTI".

A CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES NO BRASIL, BEM COMO A TRANSFERÊNCIA DELES, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO EXTERIOR, PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA, INCLUSIVE COM CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS, MONTAGENS, GERENCIAMENTOS E CONGÊNERES ENCONTRA-SE REGULADA PELA LEI Nº 7064, DE 6-12-82. ESTA LEI DETERMINA, EM SEU ART. 3º, II, A APLICAÇÃO DA LEI BRASILEIRA AO CONTRATO DE TRABALHO, SEMPRE QUE MAIS BENÉFICA NO CONJUNTO DE NORMAS E EM RELAÇÃO A CADA MATÉRIA, INDEPENDENTEMENTE DA OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. O PRINCÍPIO DA "LEX LOCI EXECUTIONIS CONTRACTI", PELO QUAL É APLICÁVEL À RELAÇÃO JURÍDICA TRABALHISTA A LEI VIGENTE NO PAÍS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, É DE ORDEM GENÉRICA. "IN CASU", HÁ LEI ESPECIAL, A LEI Nº 7064/82, REGULANDO O TIPO DE CONTRATAÇÃO DOS AUTOS, DE FORMA QUE NÃO SE EVIDENCIA O CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO.

DJ DATA: 05-05-2000 PG: 505

RELATOR:

MINISTRO IVES GANDRA MARTINS FILHO

FONTE: TST

Servidor Público – Contratação sem Concurso Público - Efeitos

RECURSO DE REVISTA. NULIDADE CONTRATUAL. EFEITOS. A DISCUSSÃO ACERCA DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DA NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO FIRMADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SEM A PRÉVIA APROVAÇÃO DO EMPREGADO EM CONCURSO PÚBLICO JÁ SE ENCONTRA PACIFICADA NO ÂMBITO DESTA CORTE SUPERIOR, QUE EDITOU, POR MEIO DA SUA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (SUBSEÇÃO 1), O TEMA Nº 85 DA SUA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL, CONVERTIDO NA SÚMULA Nº 363, TAMBÉM DESTA CORTE. NOS TERMOS DA REFERIDA SÚMULA, “A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO, APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988, SEM PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO, ENCONTRA ÓBICE NO SEU ART. 37, II, E § 2º, SOMENTE CONFERINDO-LHE DIREITO AO PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO PACTUADA, EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE HORAS TRABALHADAS, RESPEITADO O SALÁRIO-MÍNIMO/HORA”. RECURSO DE REVISTA A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

RR - 674879/2000 RELATOR - JCGAC DJ - 11/11/2005

FONTE: TST

ORIENTAÇÕES

TRABALHO

Trabalho Rural – Trabalho Forçado, Fraude, Aliciamento de Mão-de-Obra - Inspeção - Procedimentos

Sumário

I – Definições

II – Planejamento

III – Procedimentos

IV – Avaliação dos Resultados

V - Ciência a Outros Órgãos / Entidades para Adoção de Providências

VI - Multas

I - DEFINIÇÕES

1. Trabalho Forçado

Constitui-se forte indício de trabalho forçado a situação em que o trabalhador é reduzido à condição análoga a de escravo por meio de fraude, dívida, retenção de salários, retenção de documentos, ameaças ou violência que impliquem no cerceamento da liberdade dele e/ou de seus familiares, em deixar o local onde presta seus serviços, ou mesmo quando o empregador se negar a fornecer transporte para que ele se retire do local para onde foi levado, não havendo outros meios de sair em condições seguras, devido às dificuldades de ordem econômica ou física da região.

2. Fraude

Por definição legal, fraude é o instrumento pelo qual o empregador, por si ou por outrem a seu mando, falseia ou oculta a verdade com a intenção de prejudicar ou de enganar o trabalhador.

3. Aliciamento de mão-de-obra

Considera-se forte indício de aliciamento de mão-de-obra o fato de alguém, por si ou em nome de outro, recrutar trabalhadores para prestar serviços em outras localidades do território nacional, sem adoção de providências preliminares que identifiquem uma contratação regular, conforme o segundo parágrafo do item 1 dos Procedimentos.

II - PLANEJAMENTO

1. As Delegacias Regionais do Trabalho - DRT, através de suas estruturas de Fiscalização do Trabalho e Segurança e Saúde do Trabalhador, deverão efetuar o planejamento das ações fiscais na área rural, de forma dirigida, elaborando o mapeamento do Estado, identificando

as atividades econômicas rurais, considerando as peculiaridades locais, sazonais e as denúncias encaminhadas.

2. Objetivando a eficácia das ações fiscais, deverão ser convidados para integrar a equipe do planejamento, representantes dos Ministérios Públicos Federal e do Trabalho, a Polícia Federal, Polícias Rodoviária Federal e Estadual, Entidades Sindicais e outros segmentos representativos da sociedade.

3. As DRT deverão constituir grupos especiais de Agentes da Inspeção do Trabalho para atuar nas fiscalizações rurais. Esses grupos deverão ser compostos, de preferência, por profissionais com experiência na inspeção rural e submetidos a treinamento específico.

4. Cada equipe de fiscalização do grupo especial deverá ser integrada de, no mínimo, um fiscal do trabalho, um engenheiro ou médico do trabalho e, quando existir no quadro profissional da DRT, um assistente social. Deverá, ainda, ser convidado a integrar a equipe, um representante da entidade sindical de trabalhadores rurais, que colaborará com a fiscalização, principalmente no que diz respeito à localização dos estabelecimentos a serem inspecionados. Sempre que não representar prejuízo para a eficiência da ação fiscal, deverá ser convidado um representante da entidade sindical de empregadores rurais. A ausência de representante sindical não deverá ser motivo ou obstáculo à realização da ação fiscal.

5. Para a definição da estratégia de ação, quando necessário, serão chamadas as Polícias Federal, Rodoviária Federal ou Estadual, Militar ou Civil, além de outros órgãos ou instituições a serem envolvidas, ficando todos subordinados ao dever de sigilo, até deflagrada a operação.

6. Sempre que, da ação fiscal, possa resultar ameaça à integridade física dos Agentes da Inspeção do Trabalho, recomenda-se que a DRT se reporte à SEFIT e SSST, para que sejam designados Agentes da Inspeção do Trabalho de outra Regional.

7. Para subsidiar a execução do plano de fiscalização rural, deverão as Regionais utilizarem-se da Portaria 3.311 de 29.11.89 e da Norma Regulamentadora (NR) 1- 1.7 "d" da Portaria 3.214 de 08.06.78.

III - PROCEDIMENTOS

1. Para o Recrutamento de MÃO-DE-OBRA

As DRT(s) deverão orientar os empregadores e entidades sindicais sobre a forma de deslocamento de trabalhadores de uma localidade para outra e encaminhar à Polícia Rodoviária Federal ou Estadual comunicado no sentido de exigir que seja apresentada Certidão Liberatória para o transporte de trabalhadores recrutados para localidade diversa da sua origem, na forma que vier a ser disciplinada em Portaria Interministerial.

No caso de recrutamento de mão-de-obra, as DRT(s) exigirão do empregador a comprovação de uma contratação regular que consiste em: assinatura das Carteiras de Trabalho; contrato escrito que discipline a duração do trabalho, salário, alojamento, alimentação e condições de retorno à localidade de origem do trabalhador.

Após expedida a Certidão Liberatória serão comunicadas através de ofício, às DRT(s), Subdelegacias ou Postos do Trabalho locais, para onde estejam sendo transportados os trabalhadores recrutados, a fim de que, através de ações fiscais, haja o devido acompanhamento.

O empregador responsável pelo recrutamento de mão-de-obra deverá dar ciência aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do local de origem e aos do destino dos recrutados.

2. Para Execução da Ação Fiscal

2.1 A etapa inicial da fiscalização consistirá na verificação dos preceitos oriundos da legislação trabalhista, destacando-se Registro, Salário, FGTS, Segurança e Saúde do Trabalhador, dando prioridade às questões ligadas ao trabalho forçado, aliciamento de mão-de-obra, trabalho do menor e trabalho indígena, conforme art. 626, da CLT e art. 1º do Dec. 55.841/65.

2.2 Sempre que for necessário notificar o empregador rural, o Agente da Inspeção do Trabalho deverá utilizar a Notificação para Apresentação de Documentos - NAD.

2.3 Toda vez que o Agente da Inspeção do Trabalho constatar que o empregador rural "pratica atos com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos oriundos da legislação trabalhista, ou usa de fraude ou violência para frustrar direito assegurado pela legislação do trabalho", deverá o Auto de Infração, quando cabível, ser lavrado contemplando-se o artigo ou a norma infringida em combinação com o artigo 9º da CLT (art. 203 do Código Penal).

2.4 Se ficar caracterizado o "trabalho forçado", o Agente da Inspeção do Trabalho deverá mencionar no Auto de Infração os indícios que caracterizam o ilícito (arts. 149 e 197, do código penal).

2.5 No caso de "ameaça à vida ou à saúde do trabalhador", o Agente da Inspeção do Trabalho poderá requerer a interdição do estabelecimento ou embargo da obra, conforme N. R. 01 e 03 da Portaria Ministerial MTb nº 3.214/78, devendo o Auto de Infração indicar que o empregador está expondo a vida ou a saúde do trabalhador a perigo direto e iminente (art. 132 do Código Penal).

2.6 No caso de "aliciamento de mão-de-obra", o Agente de Inspeção do Trabalho deverá fazer constar do Auto de Infração a relação e a origem dos trabalhadores aliciados (art. 207 do Código Penal).

2.7 Quando se tratar do "trabalho de menores" de 14 anos ou de menores de 14 a 18 anos em atividades perigosas, insalubres ou noturnas, o Agente da Inspeção do Trabalho deverá fazer constar no Auto de Infração a relação dos menores com as idades e funções respectivas, assim como a capitulação deverá estar combinada com o art. 7º, XXXIII da Constituição Federal de 1988.

2.8 No caso de "trabalhadores indígenas", o Agente da Inspeção do Trabalho deverá fazer contar do Auto de Infração e no relatório de fiscalização a relação e as funções de todos os trabalhadores em situação irregular, devendo a capitulação estar combinada com o art. 231, § 5º da Constituição Federal de 1988.

2.9 Constatando casos de intermediação irregular de mão-de-obra e não conseguindo o Agente da Inspeção do Trabalho identificar a cadeia de intermediários, comunicará o fato imediatamente ao Delegado Regional do Trabalho, que solicitará o concurso da Polícia Federal para esse fim.

2.10 Quando o Agente da Inspeção do Trabalho identificar situação de perigo à integridade física do trabalhador, e que não for possível uma solução imediata, deverá solicitar do empregador providências quanto ao seu deslocamento rápido e seguro e de seus familiares, quando for o caso, sem prejuízo das autuações e notificações cabíveis.

2.11 Quando for constatada a existência de créditos trabalhistas, o Agente da Inspeção do Trabalho deverá orientar as partes quanto aos seus direitos e obrigações, sem prejuízos das autuações e notificações cabíveis.

2.12 Concluída a ação fiscal, o Agente da Inspeção do Trabalho encaminhará às chefias imediatas, no prazo de 48 horas, contado do término da ação fiscal, cópia do Auto de Infração, das Notificações, e do relatório circunstanciado.

IV - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

As DRT's deverão promover, no mínimo, uma reunião bimestral, avaliando os resultados das fiscalizações, com a participação de todos os envolvidos no planejamento das ações fiscais na área rural, além das chefias da área de Inspeção do Trabalho e um representante do grupo especial a que se refere o item 4 do planejamento.

Os relatórios oriundos dessa avaliação deverão ser encaminhados à SEFIT e à SSST.

A SEFIT e a SSST promoverão, semestralmente, uma reunião de avaliação com todas as Regionais que, para tanto, deverão designar, em cada oportunidade, uma pessoa do grupo de planejamento e uma Agente da Inspeção do Trabalho do grupo especial.

V - CIÊNCIA A OUTROS ÓRGÃOS / ENTIDADES PARA ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS

Nos casos em que a ação fiscal identificar indícios de trabalho forçado, aliciamento de mão-de-obra, frustração da legislação do trabalho mediante fraude ou violência, trabalho de indígena, trabalho do menor, ameaça à vida ou saúde do trabalhador e na ocorrência de demais ilícitos, em que as infrações cometidas afetem interesses coletivos ou difusos, o Delegado Regional do Trabalho encaminhará os relatórios da fiscalização, juntamente com cópia do Auto de Infração:

a) À Polícia Federal, Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho para possíveis procedimentos policiais e judiciais - Ação Civil Pública, Penal, entre outros.

b) Ao Instituto Nacional de Seguro Social e à Delegacia da Fazenda Nacional para que adotem medidas adequadas de punição aos infratores em suas respectivas áreas de competência;

c) As entidades sindicais ou federações representativas do(s) segmentos(s) de trabalhadores para conhecimento e as providências cabíveis;

d) Ao Conselho Nacional do Trabalho para ciência e adoção de medidas cabíveis.

VI - MULTAS

As multas aplicadas nos processos administrativos originados de Auto de Infração, lavrados em decorrência das fiscalizações rurais, seguirão os mesmos critérios fixados por força do dispositivo constitucional que estendeu ao trabalho rural as normas da CLT referentes ao trabalho urbano (art. 7º, caput da Constituição Federal de 1988).

Os processos administrativos oriundos de Auto de Infração lavrados em decorrência de ações fiscais, que envolvam as situações descritas, deverão ter tramitação prioritária nas DRT(s), para que os infratores sejam penalizados no menor espaço de tempo possível.

Nos casos de trabalho forçado, ameaça à vida ou à saúde do trabalhador, exploração de trabalho do menor, dos indígenas, aliciamento de mão-de-obra e frustração da aplicação da legislação do trabalho mediante fraude ou violência e ainda, resistência à fiscalização, as multas deverão ser aplicadas em grau máximo.

Fundamentação Legal: Instrução Normativa Intersecretarial SEFIT/SSST nº 01/94

PERGUNTAS MAIS FREQUENTES

TRABALHO

13º Salário – Informações na GFIP Versão SEFIP 8.0 a partir do Ano de 2005

Como deve ser informado o 13º Salário a partir do ano de 2005, com a nova versão da GFIP, 8.0?

A partir do ano de 2005, deverão ser apresentadas GFIP distintas para os fatos geradores referentes ao mês de dezembro, competência 12; e para os fatos geradores referentes ao décimo terceiro salário, competência 13.

A GFIP da competência 13 destinar-se-á exclusivamente a prestar informações à Previdência Social, relativas a fatos geradores das contribuições relacionadas ao décimo-terceiro salário, observado o § 4º.

O décimo terceiro pago na rescisão, inclusive a ocorrida no mês de dezembro, será informado na GFIP da competência da rescisão.

A GFIP competência 13, deverá ser apresentada até o dia 31 de janeiro do ano seguinte ao da referida competência, observando-se, quanto a forma de preenchimento, as normas contidas no Manual da GFIP/SEFIP e deverá ser preenchida a partir da versão 8.0 ou de versão posterior do SEFIP.

COMPETÊNCIA 13

A partir do ano de 2005, é obrigatória a entrega de GFIP/SEFIP para a competência 13. A versão 8.0 do SEFIP está habilitada para o cumprimento desta obrigação.

Para os anos de 1999 a 2004, é facultativa a entrega de GFIP/SEFIP para a competência 13.

Na GFIP/SEFIP da competência 13, o empregador/contribuinte deve informar:

- a base de cálculo das contribuições previdenciárias da competência 13, referentes ao 13º salário;
- o valor da dedução do 13º salário-maternidade, a ser abatido das contribuições devidas para a competência 13;
- o valor da compensação, a ser abatido das contribuições devidas para a competência 13;
- o valor referente a competências anteriores, inferiores ao limite mínimo para recolhimento, a ser incluído no documento de arrecadação – GPS da competência 13;
- o valor da retenção sobre nota fiscal/fatura (Lei nº 9.711/98) sofrida em dezembro e que foi abatido no documento de arrecadação – GPS da competência 13.

Os campos **Ocorrência** e **Valor descontado do segurado** podem requerer preenchimento caso o trabalhador esteja exposto a agentes nocivos e/ou tenha múltiplos vínculos empregatícios ou múltiplas fontes pagadoras. Observar as orientações contidas neste manual para os respectivos campos.

Em caso de reclamatória trabalhista, dissídio coletivo ou conciliação prévia, os campos **Processo**, **Vara/JCJ** e **Período** também devem ser preenchidos, conforme orientações do subitem 2.13 do Capítulo III, do Manual da GFIP.

Na GFIP/SEFIP da competência 13, os seguintes campos não devem ser informados:

- *Valores pagos a cooperativas de trabalho;*
- *Dedução do salário-família;*
- *Dedução do salário-maternidade;*
- *Comercialização da produção – Pessoa Física e Pessoa Jurídica;*
- *Receita de evento desportivo/patrocínio;*
- *Valor das faturas emitidas para o tomador;*
- *Remuneração sem 13º Salário;*
- *Remuneração 13º Salário;*
- *Contribuição salário-base;*
- *Base de Cálculo da Previdência Social;*
- *Base de Cálculo 13º Salário Previdência Social – Referente à GPS da Competência 13;*
- *Movimentação.*

Caso não haja fatos geradores a informar na competência 13, também é necessária a entrega da GFIP/SEFIP com ausência de fato gerador (sem movimento), obedecidas às disposições contidas no item 5 do Capítulo I, do Manual da GFIP.

Exemplos de preenchimento de GFIP/SEFIP, envolvendo a competência 13, conforme o Manual da GFIP:

Exemplo 1: adiantamento pago em novembro e 2ª parcela paga em dezembro

O empregado recebe em 11/2001 uma remuneração mensal de R\$ 700,00 e um adiantamento de 13º salário no valor de R\$ 350,00. Em 12/2001, recebe uma remuneração mensal de R\$ 800,00, e a segunda parcela do 13º salário no valor de R\$ 450,00.

Na GFIP/SEFIP da competência novembro, informar:

- *campo **Remuneração sem 13º Salário** – valor da remuneração mensal – R\$ 700,00;*
- *campo **Remuneração 13º Salário** – valor correspondente ao adiantamento do 13º salário pago em novembro – R\$ 350,00;*
- *campo **Base de Cálculo 13º Salário Previdência Social – Referente à Competência do Movimento** – não preencher.*

Na GFIP/SEFIP da competência dezembro, informar:

- campo **Remuneração sem 13° Salário** – valor da remuneração mensal – R\$ 800,00;
- campo **Remuneração 13° Salário** – valor correspondente à segunda parcela do 13° salário – R\$ 450,00;
- campo **Base de Cálculo 13° Salário Previdência Social – Referente à Competência do Movimento** – não preencher;

Na GFIP/SEFIP da competência 13, informar:

- campo **Remuneração sem 13° Salário** – não preencher;
- campo **Remuneração 13° Salário** – não preencher;
- campo **Base de Cálculo 13° Salário Previdência Social – Referente à Competência do Movimento** – R\$ 800,00 (350,00 + 450,00);
- os demais campos devem ser informados de acordo com as instruções deste Manual.

Exemplo 2: pagamento de 13ª salário com ajuste decorrente de remuneração variável

Empregado recebe, durante o mês de dezembro, uma remuneração mensal no valor de R\$ 1.200,00. No ano, o 13° salário final do trabalhador foi R\$ 1.000,00, considerando as comissões de vendas realizadas entre 21/12 e 31/12.

Em 20/12, recolhe a GPS da competência 13, calculando as contribuições previdenciárias sobre o 13° salário, considerando a remuneração do 13° salário do empregado conhecida até aquela data, ou seja, R\$ 800,00. Ainda não haviam sido realizadas as vendas de 21/12 a 31/12.

As contribuições previdenciárias incidentes sobre a diferença de R\$ 200,00 (R\$ 1.000,00 menos R\$ 800,00) devem ser recolhidas na GPS da competência 12, com vencimento em 02/01.

No mês de novembro, o empregado havia recebido uma remuneração mensal de R\$ 700,00 e um adiantamento de 13° salário no valor de R\$ 350,00.

Na GFIP/SEFIP da competência novembro, informar:

- campo **Remuneração sem 13° Salário** - valor da remuneração mensal – R\$ 700,00;
- campo **Remuneração 13° Salário** – valor correspondente ao adiantamento do 13° salário pago em novembro – R\$ 350,00;
- campo **Base de Cálculo 13° Salário Previdência Social – Referente à Competência do Movimento** – não preencher.

Na GFIP/SEFIP da competência dezembro, informar:

- campo **Remuneração sem 13° Salário** – valor da remuneração mensal – R\$ 1.200,00;

- campo **Remuneração 13° Salário** – valor correspondente à segunda parcela do 13° salário – R\$ 650,00 (R\$ 1.000,00 menos o adiantamento de R\$ 350,00 pago em novembro = R\$ 650,00);
- campo **Base de Cálculo 13° Salário Previdência Social – Referente à Competência do Movimento** – valor do 13° salário não incluído no cálculo das contribuições previdenciárias recolhidas na GPS da competência 13 – R\$ 200,00;
- campo **Base de Cálculo 13° Salário Previdência Social – Referente à GPS da Competência 13** – valor do 13° salário incluído no cálculo das contribuições previdenciárias recolhidas na GPS da competência 13 e a ser informado na GFIP/SEFIP da competência 13 – R\$ 800,00;

Na GFIP/SEFIP da competência 13, informar:

- campo **Remuneração sem 13° Salário** – não preencher;
- campo **Remuneração 13° Salário** – não preencher;
- campo **Base de Cálculo 13° Salário Previdência Social – Referente à Competência do Movimento** – 800,00;
- os demais campos devem ser informados de acordo com as instruções deste Manual.

REMUNERAÇÃO 13° SALÁRIO (SOMENTE PARCELA DO 13° SALÁRIO)

Informar o valor correspondente a cada parcela do 13° salário pago, devido ou creditado aos trabalhadores (categorias 01 a 04, 06, 07, 12, 19 a 21 e 26), no mês de competência.

No caso de salário variável, deve ser informado neste campo, na competência dezembro, o valor da parcela do 13° salário paga em dezembro, já considerados eventuais ajustes.

Para trabalhador avulso, categoria 02, este campo necessariamente deve ser informado, mensalmente, com o valor do 13° salário proporcional.

NOTAS:

1. *Ainda que se trate de GFIP/SEFIP sem recolhimento de FGTS este campo deve ser preenchido, quando do pagamento de cada parcela do 13° salário.*
2. *A remuneração paga ao contribuinte individual a título de 13° salário não é considerada como tal pela legislação previdenciária, sendo atribuída como remuneração mensal. Portanto, se houver o pagamento da referida remuneração, esta deve ser informada no campo Remuneração sem 13° Salário na competência em que houver o pagamento.*

BASE DE CÁLCULO 13° SALÁRIO PREVIDÊNCIA SOCIAL

Preencher somente na competência em que houver incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração relativa ao 13° salário e na competência 12, quando houver ajuste de 13° salário em decorrência de remuneração variável.

Referente à competência do movimento informar o valor da base de cálculo do 13º salário apenas nas seguintes situações:

- a) quando se tratar de movimentação definitiva – rescisão (exceto a justa causa por iniciativa do empregador), falecimento ou aposentadoria (exceto com continuidade de vínculo), na competência em que ocorreu o afastamento. Os valores informados neste campo são utilizados para o cálculo das contribuições previdenciárias e da GPS da competência do movimento;
- b) na competência 13, com o valor total do 13º salário pago ao trabalhador no ano, base de cálculo das contribuições devidas para a competência 13;
- c) quando se tratar de GFIP/SEFIP com informação de trabalhador avulso (categoria 02);
- d) quando se tratar de GFIP/SEFIP referente a reclamatória trabalhista, conciliação prévia ou dissídio coletivo (código de recolhimento 650);
- e) na competência 12, com o valor do ajuste do 13º salário em relação aos empregados que recebem remuneração variável.

Exemplo:

Empregado, com remuneração mensal de R\$ 1.200,00, demitido sem justa causa em 10/09/2001, recebendo saldo de salário no valor de R\$ 400,00 e 13º salário no valor de R\$ 300,00. O valor total do 13º salário proporcional foi de R\$ 900,00, mas já havia sido pago um adiantamento em 06/2001, no valor de R\$ 600,00.

Na GFIP/SEFIP da competência junho, informar:

- campo Remuneração sem 13º Salário – valor da remuneração mensal – R\$ 1.200,00;
- campo Remuneração 13º Salário – valor correspondente ao adiantamento do 13º salário pago em junho – R\$ 600,00;
- campo Base de Cálculo 13º Salário Previdência Social – Referente à Competência do Movimento – não preencher;
- os demais campos devem ser informados de acordo com as instruções do Manual.

Na GFIP/SEFIP da competência setembro, informar:

- campo Remuneração sem 13º Salário – valor correspondente ao saldo de salário – R\$ 400,00;
- campo Remuneração 13º Salário – valor correspondente ao 13º salário pago em setembro – R\$ 300,00;
- campo Base de Cálculo 13º Salário Previdência Social – Referente à Competência do Movimento – valor correspondente ao 13º salário proporcional total - R\$ 900,00;
- campo Movimentação – 10/09/2001 (dia do afastamento) e o código I1;
- os demais campos devem ser informados de acordo com as instruções do Manual.

Atenção:

O campo Base de Cálculo 13º Salário Previdência Social – Referente à Competência do Movimento não deve ser preenchido na competência 12 quando do pagamento normal do 13º salário, sem a ocorrência de movimentação definitiva (exemplo acima) ou de ajuste de remuneração variável.

Neste caso, informar no campo Remuneração 13º Salário da GFIP/SEFIP da competência 12 apenas o valor da parcela do 13º salário paga, creditada ou devida em dezembro. O valor total do 13º salário do ano, base de cálculo das contribuições previdenciárias, deve ser informado na GFIP/SEFIP da competência 13, no campo Base de Cálculo 13º Salário Previdência Social – Referente à Competência do Movimento.

Exemplo:

O empregado recebe em 11/2001 uma remuneração mensal de R\$ 700,00 e um adiantamento de 13º salário no valor de R\$ 350,00. Em 12/2001, recebe uma remuneração mensal de R\$ 800,00, e a segunda parcela do 13º salário no valor de R\$ 450,00.

Na GFIP/SEFIP da competência novembro, informar:

- campo Remuneração sem 13º Salário – valor da remuneração mensal – R\$ 700,00;
- campo Remuneração 13º Salário – valor correspondente ao adiantamento do 13º salário pago em novembro – R\$ 350,00;
- campo Base de Cálculo 13º Salário Previdência Social – Referente à Competência do Movimento – não preencher;
- os demais campos devem ser informados de acordo com as instruções do Manual.

Na GFIP/SEFIP da competência dezembro, informar:

- campo Remuneração sem 13º Salário – valor da remuneração mensal – R\$ 800,00;
- campo Remuneração 13º Salário – valor correspondente à segunda parcela do 13º salário – R\$ 450,00;
- campo Base de Cálculo 13º Salário Previdência Social – Referente à Competência do Movimento – não preencher;
- os demais campos devem ser informados de acordo com as instruções deste Manual.

Na GFIP/SEFIP da competência 13, informar:

- campo Remuneração sem 13º Salário – não preencher;
- campo Remuneração 13º Salário – não preencher;
- campo Base de Cálculo 13º Salário Previdência Social – Referente à Competência do Movimento – R\$ 800,00 (350,00 + 450,00);
- os demais campos devem ser informados de acordo com as instruções do Manual.

NOTA:

Havendo movimentação definitiva após o dia 20/12 e tendo sido recolhidas as contribuições previdenciárias sobre o 13º salário na GPS da competência 13, as contribuições incidentes sobre eventual diferença de 13º salário paga ao trabalhador devem ser recolhidas juntamente com as

contribuições devidas para a competência 12. A diferença de 13º salário deve ser informada da mesma forma que o ajuste decorrente de remuneração variável.

REFERENTE À GPS DA COMPETÊNCIA 13

Este campo deve ser informado, na competência 12, com o valor da base de cálculo do 13º salário dos empregados que recebem remuneração variável, em relação a qual já houve recolhimento em GPS, para que o SEFIP calcule corretamente a contribuição descontada do segurado.

Exemplo:

Empregado recebe, durante o mês de dezembro, uma remuneração mensal no valor de R\$ 1.200,00. No ano, o 13º salário final do trabalhador foi R\$ 1.000,00, considerando as comissões de vendas realizadas entre 21/12 e 31/12.

Em 20/12, a empresa recolhe a GPS da competência 13, calculando as contribuições previdenciárias sobre o 13º salário, considerando a remuneração do 13º salário do empregado conhecida até aquela data, ou seja, R\$ 800,00. Ainda não haviam sido realizadas as vendas de 21/12 a 31/12.

As contribuições previdenciárias incidentes sobre a diferença de R\$ 200,00 (R\$ 1.000,00 menos R\$ 800,00) devem ser recolhidas na GPS da competência 12, com vencimento em 02/01.

No mês de novembro, o empregado havia recebido uma remuneração mensal de R\$ 700,00 e um adiantamento de 13º salário no valor de R\$ 350,00.

Na GFIP/SEFIP da competência novembro, informar:

- campo Remuneração sem 13º Salário - valor da remuneração mensal – R\$ 700,00;
- campo Remuneração 13º Salário – valor correspondente ao adiantamento do 13º salário pago em novembro – R\$ 350,00;
- campo Base de Cálculo 13º Salário Previdência Social – Referente à Competência do Movimento – não preencher;
- os demais campos devem ser informados de acordo com as instruções do Manual.

Na GFIP/SEFIP da competência dezembro, informar:

- campo Remuneração sem 13º Salário – valor da remuneração mensal – R\$ 1.200,00;
- campo Remuneração 13º Salário – valor correspondente à segunda parcela do 13º salário – R\$ 650,00 (R\$ 1.000,00 menos o adiantamento de R\$ 350,00 pago em novembro = R\$ 650,00);
- campo Base de Cálculo 13º Salário Previdência Social – Referente à Competência do Movimento – valor do 13º salário não incluído no cálculo das contribuições previdenciárias recolhidas na GPS da competência 13 – R\$ 200,00;
- campo Base de Cálculo 13º Salário Previdência Social – Referente à GPS da Competência 13 – valor do 13º salário incluído no cálculo das contribuições previdenciárias recolhidas na GPS da competência 13 e informado na GFIP/SEFIP da competência 13 – R\$ 800,00;
- os demais campos devem ser informados de acordo com as instruções do Manual.

Na GFIP/SEFIP da competência 13, informar:

- campo Remuneração sem 13º Salário – não preencher;
- campo Remuneração 13º Salário – não preencher;
- campo Base de Cálculo 13º Salário Previdência Social – Referente à Competência do Movimento – R\$ 800,00;
- os demais campos devem ser informados de acordo com as instruções deste Manual.

VALOR DA DEDUÇÃO DO 13º SALÁRIO-MATERNIDADE

Este campo somente deve ser preenchido nos casos em que o empregador/contribuinte for responsável pelo pagamento do salário-maternidade, com o valor da dedução correspondente ao 13º salário proporcional ao período de licença-maternidade, contado dia-a-dia, a cargo da Previdência Social. Esta informação deve ser prestada nas seguintes ocasiões:

- a) na competência da rescisão de contrato de trabalho, aposentadoria sem continuidade de vínculo ou falecimento;
- b) na competência 13.

Atenção:

- Este campo não deve ser preenchido quando o salário-maternidade for pago diretamente pelo INSS, uma vez que o empregador/contribuinte não pode deduzir o que não é de sua responsabilidade pagar.
- O procedimento para o cálculo da parcela do 13º salário correspondente ao período da licença-maternidade, para fins de dedução, encontra-se na Instrução Normativa que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação.
- A partir de 29/05/2002, o valor do benefício pago pelo INSS a título de salário-maternidade está sujeito ao limite máximo fixado no inciso XI do art. 37, nos termos do art. 248, ambos da Constituição Federal. Para fins de dedução referente ao 13º salário, o empregador/contribuinte deve respeitar o limite máximo fixado na Constituição Federal, ainda que o valor do 13º salário da empregada gestante, correspondente ao período da licença, seja superior a este limite.

Fundamentação Legal: Instrução Normativa SRP nº 09/2005 e Manual da GFIP, aprovado pela Instrução Normativa SRP nº 09/2005.